

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Política econômica: postura inicial do Governo Lula <i>Gilmar Mendes Lourenço</i> | 2 |
| O preço fiscal da industrialização <i>Gilmar Mendes Lourenço</i> | 9 |
| Exportações paranaenses: desempenho em 2002 <i>Cleber Parnoff e Rafael Camargo de Pauli</i> | 12 |
| TEMAS ESPECIAIS | |
| Disfunções do uso da tecnologia nos novos padrões de organização do trabalho <i>Silmara Cimbalista</i> | 14 |
| Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Cleber Parnoff e Rafael Camargo de Pauli</i> | 17 |
| Economia Paranaense Indicadores Selecionados | 21 |

Política econômica: postura inicial do governo Lula¹

*Gilmar Mendes Lourenço**

É cedo para uma avaliação mais definitiva do conteúdo e dos possíveis desdobramentos da política econômica praticada pela nova equipe do governo federal. Dois meses representam um tempo relativamente curto para que uma administração possa, simultaneamente, tomar pé da efetiva situação econômico-financeira do país – tarefa reconhecidamente não atingida na fase de transição, principalmente pela dificuldade de obtenção e/ou não-disponibilização das informações necessárias e/ou requeridas – e manusear os instrumentos macroeconômicos em um ambiente conjuntural bastante desfavorável, sobretudo em face dos constrangimentos externos, particularmente da combinação entre desaceleração econômica internacional e doméstica e ameaça de guerra no Golfo Pérsico.

Essa percepção é confirmada pelo comportamento da sociedade, manifestado por meio das sondagens de opinião. Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT)/Sensus, no final de janeiro, evidenciou o enorme estoque de capital político desfrutado pelo novo governo junto à população e a larga compreensão social quanto à pouca probabilidade de ocorrência de grandes avanços em prazos curtos. Pelo inquérito, o governo Lula conquistou 83% de aprovação, sendo que 63% dos entrevistados mencionaram a expectativa de melhorias concretas apenas a partir de 2004.

Trata-se de um estágio de renovação dos votos de confiança, depositados por ocasião das eleições, que deveria ser otimizado pela administração petista, especialmente por razões do desgaste natural sofrido por qualquer governo e pelas condições externas adversas, com a possibilidade de eclosão de um confronto militar entre Estados Unidos e Iraque, elevação das cotações do petróleo e surgimento de um novo período de ampliação da aversão ao risco nos mercados financeiros internacionais.

Nesse contexto, é relevante rascunhar, preliminarmente, pontos interpretativos a essa orientação econômica inicial, definidores de algumas referências estruturais e de outras incongruências de varejo, reflexo, sobretudo, da ausência de diretrizes mais consistentes acerca do caminho a ser percorrido para as correções dos estrangulamentos de curto prazo e a criação dos requisitos mínimos indispensáveis à recuperação da economia brasileira.

Começando pela fronteira externa, a presença e participação do novo presidente brasileiro no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, traduziu a conjugação de duas posturas. De um lado, emergiu a esperada retórica arrojada contra as mazelas sociais e a doutrina econômica convencional ditada pelo Consenso de Washington e, de outro, surgiu uma espécie de posição articuladora entre as propostas do Fórum Social Mundial (Porto Alegre) e as de Davos, ou a interlocução confiável entre campos opostos, apregoando um esforço planetário em favor da eliminação da fome.

O filósofo húngaro Istvan Mészáros chegou a diagnosticar a capacidade de Lula em mobilizar forças sociais voltadas à criação de uma nova globalização, com características mais audaciosas do que a Terceira Via defendida por Tony Blair ou Lionel Jospin. Talvez tenha faltado sublinhar a proposta de Lula no sentido da montagem de redes nacionais de proteção social, desprovidas de paternalismos e de componentes fisiológicos, e de uma maior regulação multilateral dos fluxos financeiros externos, com participação mais ativa do FMI e do Banco Mundial na reversão dos movimentos cadentes de renda e de emprego.

O prosseguimento da contabilização de resultados positivos na atuação internacional do país vai depender crucialmente de duas linhas de ação: a permanente emissão de sinais de compreensão dos limites e das possibilidades nesse ambiente, evitando cometer equívocos desnecessários em terrenos minados, como os casos do Iraque e da Venezuela, e demonstrando percepções realistas como a de que os problemas do Brasil não podem ser imputados exclusivamente à globalização; e o êxito das estratégias de solução para as complexas questões internas.

Lembre-se aqui o caso recente do presidente do México, Vicente Fox, que precipitou grande entusiasmo da população daquele país e da comunidade internacional, depois de derrubar, nas urnas, sete décadas de poder do Partido Revolucionário Institucional, e, passados mais de dois anos desde sua ascensão ao poder, rigorosamente não conseguiu viabilizar qualquer reforma institucional.

**Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.*

Passando ao plano interno, há clara percepção de continuidade da política econômica herdada da dupla Malan-Fraga, na qual os objetivos supremos de controle da inflação se sobrepunham às necessidades de crescimento econômico. As justificativas atuais revelam que o cumprimento das metas de elevação média do nível geral de preços fixadas exige a manutenção dos patamares de juros reais visando à contenção de focos inflacionários provenientes de pressões de demanda, ignorando, aparentemente, o choque de custos e o desalinhamento dos preços relativos originados da desvalorização cambial experimentada em 2002.

É preciso considerar que nem de longe há a configuração do fenômeno conhecido como inflação de demanda. Do ponto de vista técnico, a inflação de demanda é provocada pelo déficit público, pela expansão do crédito ao setor privado e pelos reajustes reais de salários superiores às variações de produtividade do sistema econômico, requisitos que estão ausentes do panorama conjuntural brasileiro desde o começo de 2001.

O argumento de que o fator determinante da escolha da restrição monetária é o déficit nominal, ou a necessidade de financiamento do setor público – que inclui os juros e as correções monetária e cambial incidentes sobre o estoque da dívida pública –, não se aplicaria nesse caso, dado que a majoração da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) intensifica o desequilíbrio financeiro do governo e o sacrifício fiscal subjacente.

Adicionalmente, os componentes otimizados desse fluxo inflacionário, traduzidos na elevação dos juros, produzem ampliação dos custos e compressão do investimento e do consumo privados, que tem um retardo temporal entre três e seis meses até atingir os níveis de atividade econômica. A queda do emprego e dos salários industriais no país de 0,9% e 2,4%, respectivamente, em 2002, de acordo com o IBGE, configura o elemento patético e prático dessa moldura.

Nesse contexto, se a “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada em meio ao ápice da especulação cambial de 2002, fosse interpretada apenas como um calmante eleitoral, ao dar aval ao acordo recém-celebrado com o FMI, seria lícita a leitura atual de uma deliberada desconexão entre discurso e prática.

Há inclusive quem enxergue semelhanças entre a faceta inicial da gestão petista e as intenções formuladas pelo presidente socialista chileno, Ricardo Lagos, no começo de seu governo, centradas em conservadorismo econômico e ambição e arrojo no campo social. Em reunião reservada com senadores e deputados do PT, com o objetivo de pacificar as oposições internas, o ministro Palocci teria destacado uma seqüência formada pelas expressões “tradicional, ousado e criativo”, para expor a conduta do governo nas áreas econômica, social e de comércio exterior, respectivamente.

A avaliação de excessiva passividade da política econômica do governo pode ser traduzida por algumas manifestações acontecidas durante o Fórum Social de Porto Alegre, representativas dos meios operário,

acadêmico, político, religioso e das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Além do episódio do “arremesso de torta” contra o presidente do partido, José Genoíno, teriam ocorrido protestos mais veementes, em diversos painéis, desferidos contra as posições iniciais das autoridades econômicas e a falta de maior sincronização entre os agentes e as ações do novo governo. Acrescente-se a revolta pública esboçada pela ala considerada mais radical dentro do PT.

Por esse enfoque, o desenho da política monetária do atual governo parte da premissa de suficiência do manejo das taxas de juros para a calibragem das metas de inflação, mesmo diante do fracasso dessa terapêutica em 2001 e 2002, em decorrência das pressões recessivas e inflacionárias ocasionadas pela crise energética e pela escalada do dólar, respectivamente. De acordo com esse princípio, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central optou pela elevação dos juros em janeiro e fevereiro de 2003, depois de ter decidido elevar o teto de variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 6,5% para 9,5%.

Na reunião de 19 de fevereiro, o Copom fixou a taxa de juros primária em 26,5% ao ano, o maior patamar desde maio de 1999, e aumentou a alíquota do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista dos bancos de 45% para 60%, objetivando um enxugamento de liquidez da ordem de R\$ 10 bilhões.

A orientação econômica de curto prazo permanece apoiada na predominância da austeridade monetária sobre o ajuste fiscal

Na prática, a gestão econômica de curto prazo permanece apoiada na predominância da austeridade monetária sobre o ajuste fiscal, tentando equilibrar o tripé metas inflacionárias, câmbio flutuante e disciplina fiscal. A austeridade monetária, centrada em elevação de juros e corte de crédito, empregada para conter focos inflacionários, acaba por determinar os contornos da política fiscal, na medida em que a administração da dívida pública impõe elevação dos superávits fiscais primários, mediante aumento de impostos e redução de dispêndios. Daí, por exemplo, a adequada recusa ao pleito dos governadores por flexibilização da Lei de Responsabilidade da Fiscal.

Mais especificamente, o superávit fiscal primário em 2002 atingiu a marca recorde de 4,06% do PIB, suplantando a meta acordada com o FMI de 3,88%. Isso significa que o setor público brasileiro, em suas diferentes instâncias, empregou cerca de R\$ 52 bilhões de arrecadação para tentar conter a subida do endividamento. Mesmo assim, o montante da dívida líquida atingiu 56% do PIB contra 53% em 2001, porque o Estado despendeu R\$ 114 bilhões com o pagamento de juros, o que corresponde a 8,5% do PIB.

Assim, em vez de priorizar a reestruturação das despesas públicas e o equacionamento das imperfeições do sistema tributário do país, as autoridades sempre

demonstraram obsessiva preocupação com a elevação (ou ao menos com a preservação) dos patamares de receita. A viabilização dessa intenção constitui a causa primária da menor competitividade do aparelho produtivo operante no país, *vis-à-vis* à média mundial, e da concentração de renda, em função de a regressividade dos impostos comprometer em maior grau a densidade de poupança e de consumo dos elementos integrantes da base da pirâmide social.

Dado que parcela expressiva da arrecadação vem servindo para a cobertura das despesas financeiras do governo, a capacidade de dispêndio e de investimento público fica debilitada, explicando, por exemplo, a crise energética de 2001. Com a insuficiência de investimentos privados e públicos, o equilíbrio das contas externas foi perseguido com a redução dos níveis de atividade econômica interna, oportunizando ampliação do desemprego e queda dos salários.

Não por acaso, a taxa de investimento (parcela do PIB destinada à ampliação da capacidade produtiva do sistema) atingiu 16% em 2002, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), a segunda menor desde 1994, um dos menores níveis do mundo capitalista. O peso tributário correspondeu a 33,4% do PIB em 2001, o maior desde 1947, e o desemprego bateu recordes (tabela 1).

Segundo o Dieese, o desemprego alcançou 19% da População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 2002, o segundo maior patamar desde 1985, perdendo apenas para os 19,3% de 1999, ano da mudança de regime cambial e da desvalorização do real. A taxa de 2002 equivaliu a 1,788 milhão de desempregados, 10,2% maior que o contingente de 1,622 milhão sem ocupação em 2001. Já, o rendimento médio do pessoal ocupado declinou 8,3% na RMSP em 2002, um dos menores níveis dos últimos anos.

Ainda no campo de observação dos indicadores desfavoráveis, de acordo com cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a carga teria chegado a 36,5% do PIB em 2002, projetando um cenário sombrio para 2003, principalmente depois da aprovação, no final de 2002, de determinadas providências voltadas ao reforço da arrecadação, para o cumprimento das metas de superávit primário acordadas com o FMI.

Mais precisamente, o Congresso autorizou a prorrogação das atuais alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda Pessoa Física, para as quais se esperava redução, e a ampliação de R\$ 0,50 para R\$ 0,86 por litro de gasolina do limite máximo de cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).

TABELA 1 - DESEMPREGO, CARGA TRIBUTÁRIA E INVESTIMENTO - BRASIL - 1985-2002

| ANO | TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – BRASIL (% DA PEA) | TAXA DE DESEMPREGO TOTAL – RMSP (% DA PEA) ⁽¹⁾ | CARGA TRIBUTÁRIA (% DO PIB) | TAXA DE INVESTIMENTO – BRASIL (% DO PIB) ⁽²⁾ |
|------|---|---|-----------------------------|---|
| 1985 | 5,3 | 12,5 | 24,1 | 16,4 |
| 1986 | 3,6 | 9,8 | 26,2 | 18,8 |
| 1987 | 3,7 | 9,0 | 23,8 | 17,9 |
| 1988 | 3,8 | 9,7 | 22,4 | 17,0 |
| 1989 | 3,3 | 8,8 | 24,1 | 16,7 |
| 1990 | 4,3 | 10,0 | 28,8 | 15,5 |
| 1991 | 4,8 | 11,6 | 25,2 | 15,2 |
| 1992 | 5,7 | 14,9 | 25,0 | 14,0 |
| 1993 | 5,3 | 14,7 | 25,8 | 14,4 |
| 1994 | 5,1 | 14,3 | 29,8 | 15,3 |
| 1995 | 4,6 | 13,2 | 29,4 | 16,7 |
| 1996 | 5,4 | 14,9 | 29,1 | 16,5 |
| 1997 | 5,7 | 15,7 | 29,6 | 18,1 |
| 1998 | 7,6 | 18,2 | 29,6 | 17,7 |
| 1999 | 7,6 | 19,3 | 31,7 | 16,2 |
| 2000 | 7,1 | 17,7 | 32,7 | 15,8 |
| 2001 | 6,2 | 17,5 | 33,4 | 16,5 |
| 2002 | 7,2 | 19,0 | ... | 16,0 |

FONTE: IBGE, SEADE, DIEESE, IPEA

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... dado não-disponível

(1) Inclui o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento.

(2) A preços de 1980.

Na mesma linha, o Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SCN/IBGE) levantou substancial redução na poupança das famílias brasileiras entre 1999 e 2001, recuando de R\$ 79,3 para R\$ 56,7 bilhões. Tal erosão das economias da população está diretamente associada à necessidade de fazer frente aos dispêndios de consumo em um ambiente de desemprego e juros em alta e salários e outros rendimentos em baixa.

Em contraposição, o SCN constatou que a poupança das instituições financeiras saltou de R\$ 6,8 para R\$ 20,5 bilhões no mesmo intervalo, em razão primordialmente da impulsão das taxas de juros e dos *spreads*, que configuram a diferença entre o preço do crédito e os custos de captação dos recursos por parte dos bancos. Conforme cálculos do Banco Central, o *spread* é formado por inadimplência (16%), custos administrativos (19%), cunha fiscal (29%) e margem líquida dos bancos (36%). Em janeiro de 2003, o mesmo Banco Central estimava o custo médio do crédito para pessoas físicas em 100% ao ano e para empresas entre 59,5% (capital de giro) e 64% ao ano (desconto de duplicatas).

Levantamento realizado pela ABM Consulting atestou que a rentabilidade (lucro líquido sobre o patrimônio) dos maiores bancos estrangeiros atuantes no Brasil tem oscilado entre 22% e 56%, em 2002, contra uma faixa de 6% a 37% em 2001. Na mesma linha, cálculos feitos pela consultoria Austin Asis, com base no balanço de 19 bancos para o exercício de 2002, demonstram rentabilidade de 23,5% (19,1% em 2001) contra menos de 6% para as empresas não-financeiras, correspondendo aos melhores resultados durante os oito anos do governo FHC (tabela 2). O estudo da Austin constatou ainda um lucro total de R\$ 9,8 bilhões das 19 instituições, mais de cinco vezes o orçamento previsto para o Programa Fome Zero.

Em direção semelhante, apurações da Serasa permitiram identificar um montante de R\$ 230 bilhões de crédito fora do segmento bancário no final de 2001, lastreando operações mercantis entre empresas, contra R\$ 137 bilhões em empréstimos concedidos formalmente pelo sistema financeiro às organizações, de acordo com registros do Banco Central. Este fato comprova o desvirtuamento das funções básicas dos intermediários financeiros no Brasil, que deveriam estar centradas na concessão de crédito ao investimento, consumo e giro dos negócios.

Outros indicadores interessantes revelam a compressão do volume de crédito concedido pelos bancos e da poupança financeira do país. O montante de crédito declinou de 37% para 24% do PIB entre 1995 e 2002, e a soma das aplicações, depósitos à vista e papel moeda recuou do patamar de 60,9% do PIB em dezembro de 2001 para 53,6% no final de 2002, apesar da impulsão dos juros. O declínio da poupança financeira pode ser imputado aos resgates ocorridos nos fundos de investimentos, à aceleração da inflação, à queda da renda pessoal disponível e à evasão de divisas.

Esse último fator representou, em diferentes momentos, efeito e causa das pressões ocorridas no mercado cambial, que resultaram em desvalorização de 53% do real em 2002. Isso porque houve expressivo acréscimo dos saques realizados pelas empresas para a compra de divisas estrangeiras, direcionadas ao pagamento de dívidas, e das remessas via a chamada conta CC - 5 (Carta Circular) do Banco Central, que registra a saída de recursos de pessoas físicas e jurídicas.

Com respeito à agenda política, um esforço envolvendo o Presidente da República e os 27 governadores resultou no documento Carta de Brasília, que definiu, ainda que de forma genérica, o caráter urgente das reformas previdenciária e tributária, tendo

TABELA 2 - RENTABILIDADE (LUCRO LÍQUIDO SOBRE O PATRIMÔNIO) DOS BANCOS - BRASIL - 1995-2002

| ANO | RENTABILIDADE EM % |
|------|--------------------|
| 1995 | 8,5 |
| 1996 | 21,4 |
| 1997 | 20,6 |
| 1998 | 12,5 |
| 1999 | 13,2 |
| 2000 | 15,6 |
| 2001 | 19,1 |
| 2002 | 24,5 |

FONTE: Austin Asis

Em outras palavras, graças à passividade do Banco Central ante a desvalorização cambial e à intransigência das autoridades monetárias na manutenção dos juros primários em níveis estratosféricos, três vezes superiores aos de países com grau de risco semelhante ao do Brasil, as principais instituições financeiras internacionais triplicaram o retorno do capital aplicado no Brasil.

como base a unificação e uniformização da legislação do ICMS e o estabelecimento de novas regras de acesso aos benefícios da previdência para o setor público.

Por enquanto, a iniciativa limitou-se a uma declaração geral de princípios, sem a explicitação das divergências que, provavelmente, surgirão por ocasião do detalhamento das propostas a serem enviadas ao Congresso Nacional, especialmente a cobrança do

sucedâneo do ICMS na origem ou no destino e a troca da contribuição previdenciária patronal sobre a folha por uma alíquota sobre o faturamento, característico de um imposto cumulativo.

Um aspecto interessante no campo das reformas é a prevalência da previdenciária sobre a tributária, contrariando o quase consenso, de pelo menos uma década, que colocava a premência na promoção de alterações radicais no regime de tributos do país. Desde o governo Collor, lideranças políticas e empresariais vêm insistindo na necessidade de simplificação do sistema, de reconfiguração racional dos tributos e de eliminação dos impostos incidentes em cascata, requisitos básicos à impulsão da competitividade do setor privado, à conquista de novos mercados e inserção do país em tratados comerciais, e a uma alocação mais adequada dos recursos gerados pelos fluxos econômicos.

Na verdade, a decisão de priorizar o encaminhamento da reforma previdenciária integra uma rota econômica e política menos tortuosa escolhida pela administração petista, envolvendo negociações com bases renovadas no Congresso Nacional e nos governos estaduais. Enquanto modificações nas regras previdenciárias esbarrariam em um menor número de pontos polêmicos e contribuiriam para uma redução estrutural dos desequilíbrios das finanças públicas (inclusive de estados e municípios), mudanças profundas no sistema tributário produziriam, inevitavelmente, declínio da arrecadação em curto prazo, conflitando com os requerimentos de folgas primárias nas finanças públicas.

Adicionalmente, a questão tributária abarca interesses regionais e suprapartidários atrelados à reforma fiscal – a redefinição de receitas e atribuições entre as distintas esferas de poder – e à guerra fiscal, o que poderia desencadear discussões e acordos políticos que resultariam na transigência de itens desta ou daquela reforma, em caso de tramitação simultânea.

Os percalços conjunturais devem, inclusive, empurrar o Executivo a solicitar ao Congresso a aprovação do prolongamento do prazo de vigência da alíquota de 0,38% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), cerca de 20% da arrecadação, que expiram em 31 de dezembro de 2003.

Não obstante, o percurso legislativo da reforma da previdência tende a ser bastante complicado e prolongado, devido à influência conjugada entre as resistências políticas materializadas no próprio Congresso Nacional, comprovadas pelos inúmeros entraves criados às negociações durante os oito anos de mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e as pressões exercidas por corporações com enorme capacidade de mobilização. Outro complicador reúne a reduzida disposição dos congressistas em votar medidas impopulares, ainda que para determinados segmentos sociais, em véspera de ano eleitoral.

Nesse particular, o governo poderia construir, de forma gradual, um arsenal de credibilidade e, ao mesmo tempo, amainar os movimentos legitimamente

contrários. Para tanto, o Executivo deveria indicar seu intransigente compromisso com os aspectos legais, respeitando os direitos acumulados pelas regras atuais e ativando e/ou aprimorando a base institucional vinculada à matéria previdenciária.

Um roteiro factível poderia começar com pleitos, junto ao Congresso Nacional, para o retorno da tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 9 (PL9), que institui o teto do regime geral e a previdência complementar para os novos servidores do setor público. Curiosamente, o PL9 foi aprovado pelo Senado e emperrou na Câmara dos Deputados em razão da não-votação de emendas elaboradas por partidos de oposição, incluindo o dos trabalhadores (PT). Sua aprovação rápida exigiria a retirada daquelas emendas.

É necessário também incorporar definitivamente, na discussão, alguns expedientes corretivos à conclusão simplista de que o déficit da previdência pública corresponde à simples diferença entre os ingressos provenientes das contribuições e os benefícios pagos aos servidores. Há que se acrescentar a interferência do governo por não alocar parcelas da arrecadação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Convém considerar também que o déficit do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) provém da assistência social coberta pelo orçamento da previdência, com reduzida sustentação em contribuições passadas, viabilizada pela Constituição de 1988. É o caso da Previdência Rural, da Renda Mensal Vitalícia (RMV) e da incorporação de celetistas do serviço público ao regime estatutário.

No mais, a discussão da lei de autonomia operacional do BC esbarra no excesso de atribuições que essa instituição possui no Brasil – supervisionar o sistema bancário, controlar a dívida externa, negociar com o FMI, etc. –, diferentemente de outros países, onde sua responsabilidade é restrita à política monetária e ao estabelecimento das taxas de juros.

Outro aprimoramento institucional corresponde à possibilidade de aprovação de novas regras para falências e concordatas, facilitando a execução de garantias pelos agentes financeiros. Porém, é interessante levar em conta que, por atuar sobre a inadimplência, tal avanço pode ser insuficiente para induzir quedas mais acentuadas nas taxas de juros.

Na conjuntura atual, pouco adianta “chorar o leite derramado”. No entanto, não é ocioso recordar que, ao contrário da maioria das economias emergentes, o Brasil talvez tenha desperdiçado uma oportunidade histórica nos anos 90 para conquistar novas frações dos mercados mundiais em expansão, particularmente do americano, através da implementação de estratégias industriais ativas, ancoradas em sólidas bases financeiras internas.

Conforme estimativas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o PIB do país cresceu cerca de 2,2% ao ano naquele decênio, contra 8,5% do chinês, 6,4% do coreano, 5,5%

do indiano e 3,7% do mexicano. Em termos de comércio, enquanto as exportações correntes brasileiras cresceram 5,8% ao ano na década de 90, as mexicanas aumentaram 15,1%, as chinesas 14,9%, as da Coréia do Sul 10,2% e as da Índia 8,9%.

A grande tarefa macroeconômica da gestão Lula será articular, de forma consistente, as agendas monetarista e heterodoxa

Por tudo isso, o grande desafio macroeconômico da administração Lula será articular, de forma consistente, as agendas monetarista e heterodoxa. Do lado monetário, vincula-se a elevação da poupança interna à estabilidade da moeda e ao ajuste fiscal, cujo alcance passa pela queda estrutural dos juros que, por seu turno, depende das reformas estruturais (fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista, principalmente).

Desde o colapso do regime de câmbio semifixo, com bandas de variação da moeda nacional ante o dólar, verificado em janeiro de 1999, o real permanece sem uma âncora estrutural. Assim, a cada sinal de instabilidade financeira externa ou interna, o país fica à mercê do socorro do FMI para evitar a ruptura dos contratos ou a centralização do câmbio.

Em outras palavras, essa argumentação traduz o recado dado pelo Ministro da Casa Civil, José Dirceu, em Davos e, em menor proporção, a declaração do ex-senador José Eduardo Dutra, atual presidente da Petrobrás, ratificando a estratégia de determinação de preços da empresa e reconhecendo a legitimidade dos lucros auferidos por seus acionistas advindos do poder de monopólio.

O grande nó do arranjo da atual da gestão econômica consiste na aparente falta de subordinação da âncora monetária aos imperativos do ajuste fiscal, forçando a permanência praticamente intacta dos mecanismos arrecadatórios empregados pela Receita Federal na gestão de Everardo Maciel – especificamente as categorias de incidência do Imposto de Renda (IR) – e da restrição aos gastos e investimentos públicos. Isso explica a ampliação da meta de superávit primário para 4,25% em 2003 (R\$ 63 bilhões).

Do ponto de vista conceitual, tal superávit acaba por enfraquecer o potencial de recuperação da economia, na medida em que atua negativamente sobre a demanda agregada. Isso é especialmente verdadeiro no caso brasileiro, em que a manutenção intransigente de uma política monetária restritiva prejudica o esforço fiscal e/ou não permite elevações compensatórias do investimento privado e do consumo agregado.

Não bastasse essa forte limitação, há outro agravante representado pelo déficit nominal, ou a necessidade de financiamento do setor público, referência para as decisões de política monetária, particularmente quanto às taxas de juros, conforme mencionado anteriormente. Tal modalidade de financiamento absorve parte dos recursos que poderiam

ser apropriados pelo setor produtivo e neutraliza fração considerável do sacrifício fiscal realizado para o alcance do vultoso saldo primário.

Há que atentar também para a restrição cambial. Ainda que preocupante e vinculado parcialmente à taxa de câmbio, o desequilíbrio nas contas públicas pode ser coberto ou liquidado com operações em moeda nacional. Já, o fechamento do balanço de pagamentos requer a disponibilidade de moeda forte, cuja oferta tem se mostrado escassa e volátil, o que, de certa forma, vem a justificar as proposições de implantação de controles mais seletivos sobre os movimentos de ingressos e saídas de capitais, e de restauração dos níveis de reservas internacionais.

É claro que, presentemente, a aversão ao risco pela comunidade financeira internacional e a iminência de guerra no Golfo impedem a queda da cotação do dólar, apontada pelo cenário doméstico de oferta e procura. Mas seria relevante a introdução de aperfeiçoamentos na gestão da mesa de câmbio, de forma a neutralizar a tendência de registro de freqüentes prejuízos diários.

Já, o ângulo heterodoxo confere prioridade às políticas de substituição competitiva de importações, de estímulo às exportações e de ajustes produtivos, notadamente nos ramos de bens salários, mais atrelados ao consumo, ao emprego e, por extensão, à inclusão social. Aqui, seria prudente inserir a afirmação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, também em Davos, de que “o papel do governo é governar e não ficar adulando o mercado financeiro”.

Nesse ponto, é importante contemplar o papel a ser desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que não pode perder de vista os segmentos com maior capacidade de agregação de valor e incorporação de tecnologia, os quais, mesmo com menor coeficiente de geração de emprego por unidade de capital investido, possuem maior poder de penetração competitiva nos mercados mundiais.

Ainda nessa linha, caberia restaurar o eixo de ampliação da infra-estrutura econômica (energia e transportes) e social. Nesse item, a resolução das regras regulatórias, definidoras da rentabilidade de longo prazo, atenderia, ao mesmo tempo, aos objetivos de superação dos gargalos estruturais e de expansão das indústrias básicas e de bens de capital nacionais.

Ademais, o propalado engajamento do BNDES ao Programa Fome Zero, pela elevação da oferta de crédito para investimento das cadeias produtivas alimentares e para a logística de distribuição, deve também procurar levar em conta que o problema da fome no Brasil deriva mais da precária distribuição de renda e menos da insuficiência de alimentos ou da deficiência das condições de escoamento da produção.

De outra parte, vale frisar o quase consenso, reinante até nos meios oficiais, de que o Fome Zero representa um programa emergencial, não integrando uma estratégia geral de combate à miséria. Essa tarefa mais estrutural pode ser cumprida no âmbito do

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dirigido pelo ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, que vem esboçando a construção de um modelo conjugado de responsabilidade econômica e social, que deve, invariavelmente, apropriar-se dos instrumentos da rede de proteção social implantada no governo antecedente.

Adicionalmente, o programa apresenta reduzida preocupação com a formação da consciência cidadã, dado que denota forte grau de tutela sobre as doações, ainda que o balcão de fiscalização das compras possa ser disfarçado por supostas comprovações da destinação dos benefícios financeiros recebidos, a serem feitas aos conselhos gestores municipais.

Nessa linha, o professor Paul Singer, um dos ícones do PT, Secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, vem reiterando a conveniência e maior eficácia dos incentivos oficiais às cooperativas de crédito e de produção, como forma de geração de emprego e renda, inclusive para os excluídos. Singer argumenta que “a doação desmoraliza. Você fica dependendo de uma ajuda, seja do Estado ou da Igreja”.²

O controle mais rigoroso do direcionamento dos recursos transferidos, apesar de ser compatível com as recomendações da FAO, também revela-se ultrapassado diante da experiência recente, centrada nos Programas de Renda Mínima. Segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas, a população beneficiada pelo Renda Mínima em Campinas, sem qualquer pressão de inquisição, gasta 43% dos recursos recebidos com alimentação e apenas 2% com cigarros e bebidas.

Por tudo isso, as atenções imediatistas não podem desviar o novo presidente da retórica e das ações de inserção de alterações abruptas no modelo econômico, sublinhadas durante a campanha eleitoral. A necessidade de enfrentamento corajoso dos constrangimentos conjunturais, sobretudo aqueles de natureza fiscal, não deve servir como justificativa para o engavetamento da pauta de políticas públicas estruturais, particularmente as inversões em infraestrutura, o investimento industrial e o estímulo às exportações. Só assim, será possível a elevação da competitividade sistêmica e a diminuição da vulnerabilidade externa e dos juros do país.

NOTAS

¹O autor agradece as críticas e comentários elaborados pelo economista Daniel Nojima, coordenador do Núcleo de Estudos Especiais do IPARDES.

²EMPRESTAR é melhor do que dar, diz Paul Singer. *O Estado de São Paulo*, 03 jan. 2003. Caderno Nacional, p. A8.

O preço fiscal da industrialização¹

Gilmar Mendes Lourenço*

A reunião realizada em Brasília com o Presidente da República e os 27 governadores, no final de fevereiro de 2003, resultou na expressão de consenso quanto à premência de encaminhamento, ao Congresso Nacional, das propostas de reforma tributária e previdenciária. O detalhamento dos dois projetos deverá levar em conta um núcleo formado pela unificação da legislação do ICMS e pelo estabelecimento de novas regras de acesso aos benefícios da previdência do setor público.

Nessa perspectiva, chamou a atenção a insuficiente explicitação, no campo tributário, de aspectos capazes de sinalizar o interesse em neutralizar o peso da guerra fiscal na atração de investimentos. Essa lacuna foi preenchida apenas parcialmente pelo aceno geral de formulação de uma política nacional de desenvolvimento regional, instrumentalizada pela utilização mais criteriosa dos recursos tributários.

Nesse primeiro momento, a não definição da substituição da cobrança do provável imposto sobre o valor agregado da origem para o destino, grande barreira à continuidade da competição fiscal, pode ser atribuída ao efeito de desmanche da unidade em favor das reformas. Adicione-se o risco de precipitação das discussões acerca dos prováveis prejuízos acarretados tanto aos estados exportadores quanto àqueles ainda empenhados em deflagrar ou prosseguir a execução de estratégias de industrialização ancoradas em incentivos fiscais.

A relevância dessa discussão remete ao levantamento de alguns pontos, ainda que de natureza qualitativa, referentes aos programas de atração de indústrias implementados pelo Rio Grande do Sul e pelo Paraná nos anos recentes. Embora exibindo algumas especificidades, tais estratégias revelaram-se pouco diferenciadas daquelas implementadas no restante do país, apresentando pronunciado conteúdo de benesses fiscais e/ou apoio financeiro.

Os dois estados foram grandes beneficiários do novo ciclo de investimentos, centrado na indústria automobilística, experimentado pelo país a partir de 1995, a partir da conjugação de quatro elementos: abertura econômica, estabilidade monetária, vigência do regime automotivo especial (que reduziu drasticamente os impostos de importação de matérias-primas, peças e partes) e desconcentração espacial das atividades industriais.

De fato, aproveitando suas vantagens comparativas em disponibilidade de infra-estrutura e mão-de-obra qualificada e sua localização geográfica privilegiada em relação aos principais mercados fornecedores e consumidores do Brasil e do Mercosul, tais unidades federativas conseguiram viabilizar a concretização de uma apreciável carteira de projetos infra-estruturais, em ramos de alta densidade tecnológica e maior capacidade de agregação de valor.

Contudo, o anárquico sistema tributário brasileiro, que conferiu maior autonomia fiscal aos estados, especialmente depois da Constituição de 1988, e a abrupta diminuição dos investimentos desconcentradores realizados pelas empresas estatais federais, forçaram o envolvimento dessas instâncias subnacionais em verdadeiras batalhas fiscais e financeiras para a atração dos novos empreendimentos.

Mais precisamente, esses estados participaram ativamente dos leilões de projetos promovidos pelas próprias empresas. No caso do Rio Grande do Sul, tudo começou em 1996, com o repasse de R\$ 253 milhões do governo estadual à General Motors (GM), precedendo o início das obras no município de Gravataí, segundo informações levantadas pelo Partido dos Trabalhadores e amplamente divulgadas pela imprensa nacional e regional na época.

Em seguida, o governo Antonio Britto assumiu o compromisso de alocação de R\$ 419 milhões de recursos orçamentários na implantação da unidade da Ford no município de Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre, englobando R\$ 234 milhões nas obras de infra-estrutura, R\$ 185 milhões em financiamento de capital de giro, além da concessão de créditos de ICMS durante quinze anos e recebimento em outros doze, resultando em incentivos fiscais da ordem de R\$ 3 bilhões.

Na ocasião, a justificativa das autoridades gaúchas começava com a necessidade de revitalizar a economia regional, especialmente depois dos sinais concretos de deslocamento do pólo calçadista rumo ao Nordeste, e terminava com a incisiva argumentação da premência de utilizar os incentivos fiscais e financeiros para compensar as desvantagens competitivas do Rio Grande do Sul.

*Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

*O capital político obtido nas eleições
habilitou o governo Olívio Dutra a romper
os contratos com a GM e a Ford*

Do ponto de vista político, a vitória de um projeto de oposição no Estado, nas eleições de 1998, restaurou o confronto entre os elementos de adequação jurídica e de justiça social, implícitos nos acordos firmados com aquelas empresas. Assim, o estoque de capital político conferido pelas eleições levou o governo Olívio Dutra a romper unilateralmente os contratos, por considerar a soma de incentivos e subsídios exagerada, notadamente em um momento de fragilização das finanças estaduais.

Com a GM, o acordo foi renegociado, ficando a empresa obrigada a antecipar a devolução da parcela de R\$ 34,5 milhões, referente ao financiamento do término das obras de infra-estrutura de água, energia, acesso e melhorias portuárias, sob a responsabilidade do governo estadual.

Quanto à Ford, o Executivo gaúcho ofereceu R\$ 70 milhões de financiamento de capital de giro, R\$ 84 milhões em obras realizadas pelo Estado, R\$ 106 milhões em obras cobertas pela prefeitura de Guaíba e pela União, e a não-contestação dos incentivos fiscais. A empresa descartou a proposta, pois já estava sendo cortejada por Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, a qual acabou vencendo a competição, devido a um *mix* entre renúncias fiscais e incentivos financeiros do governo do Estado e da União.

Cumprir registrar que a primeira desistência expressiva entre os projetos anunciados pelas montadoras na segunda metade da década de 90 foi a planta de componentes de R\$ 500 milhões da GM em Santa Catarina, em razão da negativa na concessão de um empréstimo, por parte do governo do Estado, de valor próximo ao montante a ser investido.

No Paraná, a gênese do processo ocorreu também em 1996, quando o governador declarou ter buscado a Renault “na bandeira do escanteio”. Nessa marcha, por terem aderido ao Programa Paraná Mais Empregos, todas as grandes indústrias que decidiram hospedar-se no território estadual a partir de 1995 foram beneficiadas com a prorrogação do prazo de recolhimento do ICMS durante quatro anos, a contar da data do início efetivo de produção do estabelecimento fabril. Quando do quinto ano de operação do empreendimento, a empresa passaria a recolher, aos cofres do Tesouro estadual, o imposto correspondente ao ano corrente, acrescido daquele relativo ao primeiro exercício, incorporado de correção monetária, desprovida dos juros.

Desse fluxo potencial de ingressos de receitas deveriam ser descontados os créditos fiscais que as empresas teriam acumulado no período, especialmente com a aquisição dos bens de produção. Ressalte-se que a renúncia temporária dos impostos equivaleria a mais de R\$ 1 bilhão, cifra apelidada pelo governo Lerner

de “Poupança Paraná”, herança que ele estaria deixando a seu sucessor.

*O governo Lerner confirmou a
quadruplicação do prazo de prorrogação
do recolhimento do ICMS para
69 empresas industriais*

Porém, de forma surpreendente, em setembro de 2002, o governo estadual confirmou que uma parte do conjunto de empresas que aportaram ao Estado (69 de um total de 254) deveria pagar apenas 25% do tributo devido, passando a recolher o restante apenas depois do ano 2016. Os 25% referem-se à parcela do imposto destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A justificativa oficial para a quadruplicação do prazo de prorrogação do estímulo fiscal contemplava a necessidade de cumprimento dos acordos originalmente celebrados com as empresas, que incluíam a transferência de haveres financeiros públicos através do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), na forma de financiamentos mensais do ICMS devido, operação que ficou praticamente inviabilizada, ou bastante comprometida, com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), desde junho de 2000.

Nessas condições, do ponto de vista institucional, o Paraná Mais Empregos foi substituído, em 29 de junho de 2001, pelo Decreto n.º 4.323, que criou o Programa de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná (Prodepar), ensejando a renovação dos contratos. Entretanto, o Prodepar vinculava novas postergações do recolhimento do ICMS à ampliação do coeficiente de compras de peças e componentes de empresas sediadas no Estado, fato que, a julgar pelos resultados das pesquisas realizadas pelo Sebrae e pelo Sindimetal, não vem ocorrendo.

De forma proposital, o governo esqueceu de mencionar dois aspectos elucidativos do prolongamento temporal das benesses fiscais, ambos relacionados ao encaixe das unidades federativas no ajuste fiscal levado a cabo pela União a partir do final de 1998, depois da eclosão da crise russa e da celebração do primeiro acordo do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na era da globalização.

O primeiro componente compreende a sangria ocorrida no FDE, em face da necessidade de transferência de recursos para a capitalização do fundo de pensões e aposentadorias dos servidores públicos estaduais (Paraná Previdência), agravada com o malogro da tentativa de privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em razão da crise energética.

O segundo elemento omitido foi a reversão da hipotética desistência das empresas em continuar usufruindo dos favores fiscais e financeiros adicionais. O exemplo mais acabado desse episódio foi o anúncio da montadora francesa Renault, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da unidade de motores na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), especificando a revisão dos termos do protocolo

celebrado com o governo estadual em 1996, implicando na aceitação da redução da participação acionária pública no empreendimento, via Fundo de Desenvolvimento Econômico, de 40% para 17%.

Curiosamente, essa forma de resolução dos conflitos ocasionados por distúrbios conjunturais, acontecida em paralelo ao embate Ford *versus* governo petista gaúcho, foi vendida na época como um procedimento contemporâneo e transparente de negociação entre empresas e administrações públicas de estados em processo retardatário de industrialização.

Todavia, ao contrário da retórica, a prática não permite enxergar transparência, isonomia tributária, avaliação criteriosa das alternativas de emprego dos

recursos públicos e respeito aos interesses e às prioridades sociais. Paradoxalmente, com o generoso adiamento do prazo de vigência dos incentivos fiscais, baseados no ICMS, as grandes empresas estrangeiras garimpadas recentemente pelo Paraná deverão remeter lucros para suas matrizes antes de começar a recolher tributos para os cofres do Estado.

Por enquanto, no plano de reforma tributária, todos os governadores manifestaram apoio à uniformização da legislação do ICMS. Mas a aprovação do novo arcabouço vai exigir enorme esforço de negociação política, capaz de combinar os interesses e as particularidades regionais que, por certo, aparecerão na tramitação do projeto.

NOTA

¹O autor agradece as críticas e sugestões do economista Daniel Nojima, coordenador do Núcleo de Estudos Especiais do IPARDES.

Exportações paranaenses: desempenho em 2002

Cleber Parnoff e Rafael Camargo de Pauli*

Em 2002, o Paraná contabilizou US\$ 5,70 bilhões em exportações, superando em 7,20% a soma de 2001. Esse resultado garantiu ao Estado 9,44% de participação nas vendas totais do Brasil ao exterior.

A substancial expansão pode ser atribuída, em parte, à desvalorização cambial e ao aumento dos preços internacionais de algumas *commodities*, tornando o comércio com o exterior mais favorável às exportações em 2002. Outro fator preponderante foi o aumento da demanda de países sem tradição comercial com o Paraná, especialmente a China, que quadruplicou suas importações de produtos paranaenses no ano passado.

Não se deve, portanto, atribuir a um único evento as respostas para as variações verificadas em 2002. As flutuações nas exportações paranaenses são melhor entendidas levando-se em conta as particularidades de cada um dos grupos de produtos analisados (tabela 1).

Analisando-se o complexo soja, verifica-se que seus itens foram beneficiados por todos os fatores mencionados, consolidando-se como o principal grupo de produtos da pauta de exportações do Estado. Os US\$ 1,95 bilhão gerados pelo complexo em 2002 indicam aumento de 17,42% em relação ao valor atingido em 2001. O item soja em grão merece destaque, pois manteve-se como um dos principais itens de exportação do Paraná, apresentando expansão superior a 27%. Além do aumento do preço do produto no mercado internacional, esse acréscimo foi impulsionado pelo aumento de 440% das compras da China. O gigante asiático transformou-se, no ano passado, no segundo maior mercado comprador do grão de soja paranaense, atrás apenas da União Européia.

Em relação aos demais itens do complexo, o farelo obteve expansão de 0,19%, suficiente para manter-se com a segunda maior participação entre os itens que o Paraná dispõe ao comércio exterior. Já, no que diz respeito ao óleo de soja, o total de embarques rendeu US\$ 101 milhões a mais que a soma do ano retrasado, representando expansão de 42,73%. O substancial aumento dos valores registrados pelo óleo reflete uma expansão da demanda e, principalmente, uma elevação dos preços efetivamente pagos pelo produto, superior a 30%.

Ainda no que tange à soja, deve-se ressaltar a mudança no fluxo das exportações ao longo do ano. Esperando um aumento nos preços do produto, os

produtores paranaenses aguardaram até o mês de setembro, quando as cotações da oleaginosa atingiram patamares superiores a R\$ 35,00. Tanto que naquele mês foi verificado o pico das vendas externas de soja no Paraná, diferentemente dos anos anteriores, marcados pela concentração das exportações no primeiro semestre.

O segundo principal grupo da pauta de exportação paranaense – material de transporte – teve um acréscimo de 5,04% em suas exportações em 2002. O total exportado foi de US\$ 1,27 bilhão, correspondendo a 22,29% do total exportado pelo Estado.

Em relação aos automóveis, as exportações fecharam com queda de 9,06%, em comparação a 2001, declinando de US\$ 772 para US\$ 702 milhões. A queda das importações da Argentina foi o principal dentre os fatores que levaram à redução das exportações. Com a crise, o maior parceiro comercial do Brasil no Mercosul reduziu as importações de automóveis paranaenses em 81,80%. Houve também uma pequena queda nas exportações de automóveis aos Estados Unidos, da ordem de 0,85%. Contudo, este país continua na primeira posição das compras de automóveis produzidos no Estado.

As vendas de motores para autoveículos obtiveram o maior crescimento do seu grupo (material de transporte). As exportações cresceram 67,09%, passando de US\$ 159 milhões, em 2001, para US\$ 266 milhões no ano passado. O mérito deste aumento deveu-se às exportações da Tritec Motors, localizada em Campo Largo. Os principais compradores dos motores paranaenses foram o Reino Unido e o México. No ano de 2002, 93,24% das exportações desse produto tiveram como destino final os referidos países.

O ano de 2002 apresentou-se também favorável às exportações do complexo madeira, que atingiram US\$ 600 milhões, colocando o grupo entre os três principais na pauta exportadora do Paraná. O compensado e a madeira serrada foram os itens mais relevantes, atingindo US\$ 235 e US\$ 150 milhões em vendas, respectivamente. Apesar disso, apresentaram variações opostas em relação a 2001. Enquanto a exportação de compensado foi ampliada em 22,26%, destacando-se o aumento de 281% nas vendas aos Estados Unidos, a madeira serrada apresentou variação

*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

negativa de 2,63%, ocasionada principalmente pelo enfraquecimento das importações da União Européia e do Mercosul.

Ainda no complexo madeira, alguns itens de menor expressão ajudaram a elevar os níveis de exportação do grupo. Entre eles, sobressaem-se as molduras e as obras de marcenaria e carpintaria, que atingiram valores 23,87% e 27,38% superiores a 2001, respectivamente. Contudo, as evoluções apresentadas pelo complexo este ano não alteraram a distribuição das exportações da madeira paranaense, que ainda tem como maiores compradores os Estados Unidos e a União Européia.

Outro grupo que prosperou em 2002 foi o de carnes, com crescimento de 8,67%. As exportações alcançaram US\$ 477 milhões, mantendo a participação de 8,38% no total das exportações do Estado.

Entre as carnes exportadas pelo Paraná, a suína é a que apresentou a maior taxa de crescimento durante o ano passado – 55,95% em relação a 2001. O bom desempenho das vendas para a Rússia foi o principal fator de sustentação do aumento das exportações, movimentando US\$ 38 milhões, com crescimento de

323,59% sobre as vendas de 2001. A Rússia responde por 63,90% das exportações de carne suína paranaense.

As exportações de aves cresceram apenas 3,56%, mas continuam sendo o principal produto do grupo carnes. Em 2002, foram exportados aproximadamente US\$ 359 milhões, ante os US\$ 347 de 2001. O Oriente Médio continua sendo o principal comprador de carne de aves do Paraná. Porém, no ano passado, houve uma queda de 20,76% nas exportações a este bloco, declinando de US\$ 178 para US\$ 141 milhões.

Com histórica importância nas exportações do Estado, o complexo cereais apresentou queda de 35,04% nas vendas ao exterior em 2002. As vendas desse grupo concentraram-se no milho, a despeito da variação de -35,12% registrada pelo produto no ano passado. O quadro desfavorável às saídas do milho paranaense deveu-se à redução da produção, decorrente das adversidades climáticas ocorridas principalmente durante o desenvolvimento da 2.^a safra. Além disso, houve forte migração para a cultura da soja, em decorrência dos atrativos preços da oleaginosa. Em resumo, o apertado quadro oferta/demanda no mercado interno foi o grande responsável pela diminuição das exportações do complexo em 2002.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - JAN/DEZ - 2001-2002

| GRUPO/ITEM | 2002 | | 2001 | | VARIÇÃO (%) |
|--|----------------|-----------|----------------|-----------|-------------|
| | US\$ FOB (mil) | Part. (%) | US\$ FOB (mil) | Part. (%) | |
| Soja | 1 953 459 | 34,27 | 1 663 636 | 36,68 | 17,42 |
| Grão | 857 505 | 15,04 | 670 586 | 14,78 | 27,87 |
| Farelo | 756 927 | 13,28 | 755 517 | 16,66 | 0,19 |
| Óleo | 339 026 | 5,95 | 237 533 | 5,24 | 42,73 |
| Material de Transporte | 1 270 458 | 22,29 | 1 209 510 | 26,67 | 5,04 |
| Automóveis | 702 292 | 12,32 | 772 224 | 17,03 | -9,06 |
| Motores para autoveículos | 266 555 | 4,68 | 159 527 | 3,52 | 67,09 |
| Autopeças | 180 070 | 3,16 | 157 579 | 3,47 | 14,27 |
| Tratores e partes | 66 916 | 1,17 | 46 922 | 1,03 | 42,61 |
| Autoveículos comerciais leves e pesados | 28 374 | 0,50 | 20 033 | 0,44 | 41,64 |
| Chassis e carrocerias para automóveis comerciais | 23 323 | 0,41 | 49 990 | 1,10 | -53,34 |
| Outros | 2 928 | 0,05 | 3 236 | 0,07 | -9,50 |
| Madeira | 600 233 | 10,53 | 493 692 | 10,88 | 21,58 |
| Compensados | 235 554 | 4,13 | 192 671 | 4,25 | 22,26 |
| Serrada | 150 916 | 2,65 | 154 996 | 3,42 | -2,63 |
| Molduras | 70 329 | 1,23 | 56 778 | 1,25 | 23,87 |
| Obras de marcenaria/carpintaria | 59 612 | 1,05 | 46 798 | 1,03 | 27,38 |
| Outros | 69 890 | 1,23 | 42 450 | 0,94 | 64,64 |
| Carnes | 477 754 | 8,38 | 439 657 | 9,69 | 8,67 |
| Aves | 359 388 | 6,30 | 347 025 | 7,65 | 3,56 |
| Suínos | 60 484 | 1,06 | 38 785 | 0,86 | 55,95 |
| Bovinos | 47 630 | 0,84 | 44 678 | 0,99 | 6,61 |
| Outros | 10 252 | 0,18 | 9 170 | 0,20 | 11,80 |
| Cereais | 235 645 | 4,13 | 362 761 | 8,00 | -35,04 |
| Milhos | 235 252 | 4,13 | 362 590 | 7,99 | -35,12 |
| Outros | 393 | 0,01 | 172 | 0,00 | 129,09 |
| Açúcar | 153 921 | 2,70 | 181 527 | 4,00 | -15,21 |
| Em bruto | 128 550 | 2,26 | 152 512 | 3,36 | -15,71 |
| Refinado | 25 371 | 0,45 | 24 402 | 0,54 | 3,97 |
| Outros | 1 008 730 | 17,70 | 966 726 | 21,31 | 4,34 |
| TOTAL GERAL | 5 700 199 | 100,00 | 5 317 509 | 100,00 | 7,20 |

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados brutos MDIC/SECEX.

Disfunções do uso da tecnologia nos novos padrões de organização do trabalho

Silmara Cimbalista*

Este texto aborda de forma sintética algumas disfunções advindas do uso da tecnologia como ferramenta de trabalho nas organizações, incluindo todo o trabalho que pressuponha a utilização de aparato tecnológico, seja na operação de máquinas e equipamentos, aparelhos, ferramentas, computadores ou painéis computadorizados. Tais situações exigem o conhecimento técnico prévio do trabalhador para a execução da atividade/tarefa.

Entende-se que essas disfunções interferem de forma direta ou indireta na organização do trabalho e, conseqüentemente, na qualidade de vida deste indivíduo, tanto do ponto de vista ocupacional como pessoal.

Processos de inovação e o uso de diversos tipos de tecnologia vêm revolucionando estilos e causando transformações profundas nas organizações e nas condições do trabalho propriamente dito. Desde a metade do século XX, os padrões de organização do trabalho vêm alterando as relações hierárquicas das organizações e os níveis de participação e envolvimento dos empregados nas atividades antigamente pertinentes somente à cúpula ou aos conselhos de administração das empresas.

Os anos 90, com o advento das novas formas de produção nas empresas, dão maior ênfase à questão do trabalho e desempenho em equipe, aos indicadores coletivos e individuais de qualidade e produtividade, bem como à preocupação com o grau de satisfação do trabalhador na execução de sua atividade laboral.

Ao mesmo tempo em que tecnologias vão permitindo maior flexibilização no ambiente da produção, buscam-se crescentemente sistemas “relativamente flexíveis” de contratação, demissão e remuneração, permitindo que as empresas adaptem melhor os custos fixos de mão-de-obra às flutuações de demanda causadas por concorrência e diversidade no mercado.

Processos de inovação e novas tecnologias revolucionaram estilos e transformaram as condições do trabalho

O fenômeno chamado “flexibilização na organização do trabalho” parece ser hoje inevitável nos ambientes organizacionais, principalmente quando avaliado da perspectiva da racionalidade e do gerenciamento dos complexos de produção.

Os avanços nessa área tendem a enfrentar obstáculos por parte dos trabalhadores. A flexibilização do trabalho pode implicar em perda de direitos que, por sua vez, pode promover perda de benefícios já adquiridos. Obviamente, nenhum trabalhador aceitará passivamente a perda de direitos, exceto perante garantias de compensações adequadas, sejam por lei ou negociações coletivas.

Sabe-se também que o próprio Estado poderá criar obstáculos à flexibilização de direitos, dependendo das condições de cada país quanto a uma série de fatores complexos, tais como o nível de desemprego, subemprego, pobreza e suas implicações, e o nível de proteção social, que tem relações intrínsecas tanto com a capacidade financeira do Estado como com a relativa rigidez *versus* flexibilidade das relações de trabalho.

Esses argumentos têm a intenção de sugerir que o grau de conflito entre os imperativos tecnológicos e a conseqüente flexibilização da organização do trabalho, de um lado, maleabiliza direitos e benefícios e, de outro, cria dependência do equilíbrio entre eficiência e equidade. Em outras palavras, a eficiência econômica é sem dúvida importante pelos benefícios que pode aportar ao crescimento e ao emprego através do barateamento de produtos e serviços.

Fica claro, portanto, que os avanços tecnológicos são cada vez mais reconhecidos como inevitáveis, por razões, entre outras, de integração e padronização das cadeias de produção e distribuição e pela conseqüente busca da eficiência. Um consenso básico sobre a necessidade de equilíbrio entre eficiência e equidade abriria caminhos para otimizar os benefícios das inovações tecnológicas para a economia, para a sociedade e para os trabalhadores, quer estejam empregados ou não.

Nos últimos quinze anos, na busca de um melhor desempenho no mercado e de melhores resultados, e como resposta à crescente concorrência, o empresariado brasileiro teve que rever e se adaptar aos novos tempos. O novo paradigma baseava-se na flexibilidade da produção, nas inovações organizacionais, na descentralização e na abertura do mercado internacional, pressupondo o fim da

*Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ), doutoranda em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), técnica da equipe permanente desta publicação.

divisão do trabalho baseada na prescrição de tarefas e no relacionamento autoritário da empresa.

Ao final dos anos 80 e início dos 90, as empresas brasileiras passam a redirecionar suas plantas para uma nova organização do trabalho produtivo: o modelo japonês de produção.

No que diz respeito à organização do trabalho e das empresas, esse modelo não deixa de ser uma forma de divisão social do trabalho que pressupõe a polivalência, mediante a rotação de tarefas e a não-alocação do trabalhador a um posto de trabalho específico. Nesse modelo, há o predomínio do grupo de trabalho sobre os indivíduos, a divisão é menos clara entre operários de manutenção e de fabricação, e são utilizadas práticas de gestão como *just in time*, *kanban* e Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), permitindo que o trabalhador conheça e domine melhor o processo global de produção.

Esse processo de produção pressupõe o envolvimento ou engajamento dos trabalhadores com seu trabalho por meio de diferentes formas. Uma delas é aumentar a cooperação entre trabalhadores mediante a maior participação no trabalho. O modelo japonês já foi bastante estudado, discutido e implementado, porém, as empresas brasileiras muitas vezes não o utilizam em sua íntegra. Em alguns casos, obtém-se sucesso; em outros, criam-se livres adaptações ao modelo original, ajustando-se à cultura organizacional brasileira – sabe-se que nem sempre os resultados obtidos são os que haviam sido propostos inicialmente.

O processo de participação dos trabalhadores na administração das empresas brasileiras tem assumido um caráter de notável *modismo*. Por um lado, o empresariado brasileiro percebe a necessidade de integrar seus trabalhadores à empresa, baseando-se na criação de mecanismos que visam investigar, identificar e diagnosticar os “ruídos” advindos dos grupos de trabalhadores; isto é, procura ouvi-los mais, conhecer melhor suas preocupações, frustrações e necessidades individuais e coletivas, tanto no âmbito da empresa, como em relação à atividade desenvolvida. Por outro, usufrui da cooperação dos trabalhadores na solução de problemas operacionais, de produção e até de relacionamento entre pares na empresa, por meio do resultado obtido nas células ou grupos de trabalho, times, ou ainda, como no modelo japonês, por meio dos CCQs.

Avaliando conceitos oriundos do Japão, há controvérsias na argumentação de alguns autores: enquanto uns associam as formas de participação e trabalho em grupo a uma crítica ao modelo taylorista, outros relacionam a intensificação do trabalho com a exploração da mente do trabalhador e o aprofundamento dos padrões tayloristas.

Dos anos 80 aos dias de hoje, as empresas vêm percebendo problemas até então ignorados na organização do trabalho. Este novo contexto aparece no que hoje pode ser chamado de disfunção do uso da tecnologia nos novos padrões de organização do trabalho; ou seja, modelos de administração, antigos ou recentes, modismos e técnicas, aliados ao uso de tecnologia de

ponta, fizeram com que os trabalhadores fossem colocados em situações não vivenciadas anteriormente.

Acredita-se que estas disfunções tenham levado um grande contingente de trabalhadores a diversos tipos de conflito no trabalho. Richard Sennet¹ argumenta de forma enfática em seu livro *A corrosão do caráter* que as empresas norte-americanas modernizaram-se e vêm oferecendo um ambiente de trabalho mais humano do que o do início do século XX, porém, que todo este aparato utilizado para o bem-estar do trabalhador é ilusório.

Este argumento procura mostrar que não é o ambiente *high-tech* ou a ênfase nos trabalhos de curto prazo ou, ainda, a flexibilidade que farão com que os trabalhadores sintam-se em um ambiente mais humanizado ou que desenvolvam suas atividades de forma mais prazerosa. O autor afirma que o desenvolvimento do caráter depende de práticas utilizadas em antigas formas de organização do trabalho, como o comprometimento, a lealdade e a ajuda mútua. Estas virtudes refletem também o discurso do modelo japonês de produção, que se baseia na cooperação entre grupos de trabalho para a consecução de objetivos tanto pessoais como organizacionais, salientando que a corrosão do caráter do indivíduo-trabalhador o faz desacreditar em princípios largamente propalados ao longo dos últimos séculos de geração a geração.

No velho mundo do trabalho, as estruturas hierárquicas eram rígidas e o que importava era medido pelo senso de caráter pessoal, pelas atitudes de lealdade entre pares e pelo valor dado às ações individuais e grupais. Será um modelo fora de moda? Não necessariamente. O equilíbrio entre os modelos com certeza poderia ser uma solução aos conflitos vividos na organização de trabalho atual.

Em contraste, entende-se que a disfunção do uso da tecnologia nos novos padrões de organização do trabalho ocorre no momento em que o trabalhador sente-se obrigado a atuar no novo mundo do trabalho, em que deve correr riscos, trabalhar em rede ou em equipe por um curto espaço de tempo, e onde o importante é ser capaz de estar se renovando a todo momento.

Sabe-se que diante de uma situação conflitual os indivíduos preocupam-se mais com suas circunstâncias imediatas do que com uma visão de perspectiva, de longo prazo. Neste sentido, perdem o rumo do que deveriam realmente estar fazendo, da qualidade e dos objetivos.

Talvez o ambiente do trabalho tenha se modificado e acompanhado o avanço das tecnologias com mais velocidade do que a capacidade de adaptação dos trabalhadores. Os profissionais vivem hoje sob contínua tensão, não só no ambiente de trabalho, como também na vida de um modo geral. A vida moderna mistura os fatores de estresse do trabalho com os da vida cotidiana. Além das habituais responsabilidades ocupacionais, da alta competitividade exigida pelas empresas, das necessidades de educação contínua, tem-se que lidar com as questões normais da vida em sociedade, tais como a segurança social, a manutenção da família e as exigências culturais.

No novo mundo do trabalho, o importante é estar se renovando a todo o momento

Os desgastes profissionais e psicológicos a que as pessoas estão submetidas permanentemente nos ambientes e na relação com o trabalho são fatores determinantes do aparecimento de conflitos e doenças. Em suma, indivíduos submetidos a desgaste emocional no trabalho não respondem à demanda de suas atividades e geralmente se encontram irritados ou deprimidos.

Um dos agravantes destas situações de desgaste e sofrimento no ambiente de trabalho é a limitação a que a sociedade submete os indivíduos quanto às manifestações de suas angústias, frustrações e emoções. Devido às normas e regras sociais, as pessoas acabam ficando prisioneiras do politicamente correto, obrigadas a aparentar um comportamento emocional incongruente com seus reais sentimentos de agressão ou medo.

Paralelamente, levar a vida sem motivações, sem projetos, sem mudanças na ocupação ao longo de muitos anos, sem perspectivas de crescimento profissional, assim como passar por período de desocupação no emprego, podem provocar a chamada Síndrome de Burnout², definida por alguns autores como uma das conseqüências mais marcantes do estresse profissional, que se caracteriza pela exaustão emocional, avaliação negativa de si mesmo, depressão e insensibilidade, como uma defesa emocional a tudo e a todos.

Outras visões sobre a síndrome consideram o quadro de apatia não como sinônimo de algum tipo de estresse, mas como uma de suas conseqüências. Na realidade, a vida profissional mostra-se cheia de impasses e variáveis estressantes que causam disfunções no

trabalho. Vive-se nas organizações momentos de sobrecarga seja por urgência nos prazos, por responsabilidade excessiva, por falta de apoio ou pelas expectativas em relação a si próprio e aos colegas de trabalho. Além disso, provocam grande desestímulo a falta de perspectiva, as atividades rotineiras, medíocres, destituídas de significação, ou aquelas que não possibilitam ao trabalhador ter uma noção do porquê de estarem sendo realizadas.

Ao contrário, às vezes, no final do dia, o trabalhador sente-se exausto mas, apesar disso, experimenta uma agradável sensação de bem-estar. Em geral, uma atividade pode se tornar gratificante quando possui um significado especial ou quando desperta grande interesse em quem a executa.

Sentir-se exausto mas experimentar a agradável sensação de bem-estar é gratificante quando o trabalho possui um significado especial

Enfim, o trabalho não pode ser considerado *ainda* uma punição. Trabalhar deveria ser um momento de libertação da criatividade humana, um momento importante da existência do indivíduo e ser, no mínimo, prazeroso; deveria ser promovido, sempre que possível, em equipe, para que se pudesse compartilhar idéias e dar soluções a problemas, como em uma comunidade.

Finalmente, é crucial transformar, inverter a lógica do atual mundo do trabalho. É preciso buscar novas possibilidades que expurguem o fantasma do sofrimento e melhorem as condições de vida no trabalho. É fundamental oferecer ao trabalhador perspectivas de curto, médio e longo prazos e dar-lhe a oportunidade de desenvolver sua capacidade humana.

NOTAS

¹SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

²SÍNDROME de Burnout. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/cursos/stress4.htm>> Acesso em: 27 fev 2003.

Paraná - Destaques Econômicos*

Julio Takeshi Suzuki Júnior,** Cleber Parnoff e Rafael Camargo de Pauli***

AGROPECUÁRIA

Antecipação da colheita de soja

De acordo com o levantamento da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), a produção de soja em 2003 no Paraná será de 10,5 milhões de toneladas. Os produtores vêm antecipando a colheita e a venda da produção em razão dos preços favoráveis e da rentabilidade média de 45% para o produtor.

A SEAB estima que este ano o volume de negócios gerados pela comercialização da soja alcançará o valor de R\$ 7,3 bilhões. O impacto na economia paranaense será percebido a partir do segundo trimestre do ano, quando mais da metade da receita da soja será injetada na economia do Estado.

O Paraná é responsável por 22% da produção nacional, calculada em 47,8 milhões de toneladas, registrando produtividade média de 3 mil quilos por hectare.

MENDONÇA, Sonia. Produtores de soja têm a maior rentabilidade dos últimos 5 anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 fev. 2003. p. 22

SAFRA recorde injetará R\$ 7 bilhões na economia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 fev. 2003. p. 22

Safrinha de milho paranaense poderá atingir 4 milhões de toneladas

A SEAB/Deral prevê aumento de 19% na área plantada de milho safrinha em 2003 no Paraná. A produção poderá alcançar 4 milhões de toneladas, estimulada pela conjuntura de preços favorável.

A confirmação plena dessas intenções de plantio depende da decisão do Ministério da Agricultura para a adoção do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), pois a safrinha de milho é mais suscetível aos riscos climáticos.

LADIM, Raquel. Avança o plantio de milho safrinha no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 fev. 2003. Caderno Empresas, p. B10.

ALVES, Ubirajara. Safrinha de milho pode dobrar para 4 milhões de toneladas no Paraná. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10 fev. 2003. Caderno Finanças & Mercados, p. B14.

Produção e área plantada com soja cresce no estado

A área de plantio de soja na região Centro-Oeste saltou de 508 mil hectares em 2002 para 532 mil hectares em 2003, um aumento de 4,5%. Com isso, a produção deve alcançar 1,62 milhão de toneladas.

Nos municípios da região Oeste foram semeados 398 mil hectares de soja, o que representa incremento de 4% em relação ao plantio da safra anterior.

Nas microrregiões de Londrina e Maringá, região Norte do Estado, a área plantada foi de 383,5 mil hectares, devendo resultar em 1,2 milhão de toneladas de produção.

MUNICÍPIOS do Oeste colhem safra maior. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 fev. 2003. p. 22.

Evolução do setor agropecuário em 2002

O valor bruto da produção agropecuária paranaense (VBP) registrou incremento nominal de 28% em 2002, passando de R\$ 14,7 bilhões, em 2001, para R\$ 18,7 bilhões no ano passado. Esse crescimento pode ser atribuído aos investimentos em tecnologia, à valorização do dólar e à elevação dos preços das *commodities* no mercado externo.

Dentre os produtos agrícolas, os destaques foram a soja, com faturamento da ordem de R\$ 4,20 bilhões, o milho (R\$ 2,2 bilhões) e o café (R\$ 264 milhões). Na pecuária, os produtos que contabilizaram maior faturamento foram o frango (R\$ 1,43 bilhão), o boi gordo (R\$ 737 milhões) e o leite (R\$ 709 milhões). A pecuária é responsável por 40% do VBP do setor agropecuário paranaense.

AVANSINI, Carolina. Agropecuária movimenta R\$ 18,7 bilhões. **Folha de Londrina**, 18 fev. 2003. Caderno Economia, p. 4.

Coamo encerrou 2002 com faturamento recorde

A Cooperativa Agropecuária Mouraõense (Coamo) encerrou o ano de 2002 com faturamento recorde de R\$ 2,27 bilhões, em razão da combinação entre a elevação das cotações das *commodities* no mercado mundial e a desvalorização do real.

* Elaborado com informações disponíveis no período de 01/12/2002 a 28/02/2003.

** Administrador de empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Além do faturamento recorde, outro destaque foram as sobras líquidas que alcançaram R\$ 170,54 milhões, um crescimento de 77,2% quando comparado ao ano de 2001.

No ano passado, a Coamo recebeu 1,85 milhão de toneladas de soja e 960 mil toneladas de milho, com previsão de aumento para 2003 em razão de uma maior safra de soja na região.

COAMO festeja faturamento recorde de R\$ 2,27 bilhões, **Valor Econômico**, São Paulo, 6 fev. 2003. Caderno Empresas, p. B10.

SAUER, Sid. COAMO fatura R\$ 2,27 bilhões em 2002. **Folha de Londrina**, 21 fev. 2003. Caderno Economia, p. 4.

AGROINDÚSTRIA

Faturamento da Coopervale cresce em 2002

A Cooperativa Mista Vale do Piquiri (Coopervale), sediada em Palotina, faturou R\$ 800 milhões em 2002. Esse resultado é 39,9% superior ao registrado em 2001, quando o faturamento atingiu R\$ 572 milhões.

O aumento na recepção da soja, que saltou de 10 milhões de sacas em 2001 para 12 milhões de sacas no ano passado, e o substancial crescimento nas exportações de carne de frango foram os principais determinantes do significativo desempenho da cooperativa. Em 2003, a Coopervale iniciará um programa de investimentos da ordem de R\$ 100 milhões, destinados principalmente à expansão da industrialização da soja, frangos e suínos.

AGASSI, Gilmar. C. Vale/Coopervale fatura R\$ 800 mi. **Folha de Londrina**, 19 dez. 2002. Caderno Economia, p. 4.

Castrolanda encerrou 2002 com crescimento e anuncia novos investimentos

A cooperativa Castrolanda encerrou o ano de 2002 com crescimento de 33,3% no faturamento, que atingiu R\$ 305 milhões. Os lucros aumentaram 51,5% passando de R\$ 6,0 milhões em 2001 para R\$ 9,1 milhões no ano passado.

Dentre os fatores responsáveis pelo bom desempenho, destacam-se a desvalorização cambial – que elevou as cotações em reais dos principais produtos comercializados pela cooperativa – e as condições mais favoráveis do mercado do leite. Atualmente, a soja, o milho, as rações e o leite são responsáveis por 60% do faturamento da Castrolanda, evidenciando-se a importância desses produtos.

Em maio, a cooperativa inaugurará uma nova fábrica de rações no município de Piraí do Sul, com investimentos da ordem de R\$ 16 milhões.

ALVES, Ubirajara. Castrolanda fatura R\$ 305 milhões. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 jan. 2003. Caderno Região Sul, p. 1.

KARAM, Miriam. Castrolanda inaugura fábrica de ração em maio. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 jan. 2003. Caderno Empresas, p. B10.

ADM arrenda fábrica de processamento de soja

A Archer Daniels Midland (ADM) arrendou da Braswey uma unidade de processamento de soja, com capacidade para esmagar 1,8 mil toneladas do grão por dia. A fábrica, localizada em Cambé, foi arrendada por um ano, com opção de compra pela ADM no final do período.

Isso indica que a Braswey dará continuidade a sua estratégia de concentração em produtos de maior valor agregado. Tanto que a empresa manterá sob seu controle o refino de óleo e a produção de lecitina e gordura hidrogenada.

ADM arrenda fábrica da Braswey no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 jan. 2003. Caderno Empresas, p. B10.

Cargill instala fábrica em Cascavel

A Cargill anunciou investimento de US\$ 2,5 milhões em uma fábrica de ração animal no município de Cascavel. A produção será iniciada em 2004 e atenderá as regiões Sul e Centro-Oeste, além do mercado internacional, principalmente o Mercosul.

PORTELA, Miguel. Cargill abre unidade em Cascavel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jan. 2003. p. 17.

AGASSI, Gilmar. Cargill investe em Cascavel. **Folha de Londrina**, 31 jan. 2003. Caderno Economia, p. 4.

Cocamar ingressa no mercado de sucos

A Cooperativa de Cafeicultores de Maringá (Cocamar) começou a produzir sucos de frutas. Para isso, foram investidos R\$ 9 milhões em sua fábrica de Maringá. A unidade terá capacidade de produzir 40 milhões de litros por ano.

A cooperativa pretende produzir seis sabores de néctar de frutas para alcançar 4% de participação no mercado em 2003, 9% no próximo ano e 15% em 2005. No ano passado, esse mercado movimentou 170 milhões de litros, com projeção de 200 milhões de litros para 2003.

Com 5,6 mil cooperados, a Cocamar espera registrar faturamento de R\$ 1 bilhão em 2003, 25% a mais que o ano passado.

RIOS, Cristina. Cocamar entra no mercado de sucos pronto para beber. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4 fev. 2003. Caderno Região Sul, p. 1.

INDÚSTRIA

Fábrica de autopeças receberá R\$ 100 milhões em investimentos

A American Axle & Manufacturing (AAM) do Brasil, fabricante de autopeças, está transferindo suas instalações de Curitiba para Araucária. Em um prazo de cinco anos, com um investimento de R\$ 100 milhões, a nova unidade da AAM produzirá anualmente 4,5 milhões de peças usinadas para transmissões, motores e eixos de veículos, volume três vezes superior ao produzido atualmente. Além disso, o número de empregos saltará dos atuais 220 para 450, também nos próximos cinco anos.

A nova fábrica entrará em funcionamento em janeiro, produzindo tanto para o mercado interno quanto para o externo. No Brasil, a AAM é fornecedora das montadoras Peugeot, Ford, Renault e General Motors.

KARAM, Miriam. AAM triplica capacidade e investe R\$ 100 milhões em nova unidade no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 9 dez. 2002. Caderno Empresas, p. B5.

Produção automotiva declinou em 2002

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba divulgou balanço realizado pelo Dieese, sobre o pólo automotivo paranaense em 2002, revelando queda na produção das montadoras instaladas no Estado. O principal responsável pelo resultado desfavorável foi o segmento de autoveículos, que produziu 153.079 unidades, 13,54% menos que as 177.050 de 2001. As fábricas da Renault/Nissan, Volkswagen/Audi e Volvo apresentaram queda na produção de 29,03%, 6,687% e 3,96%, respectivamente.

Na mesma linha, o nível de emprego declinou, registrando subtração de 511 postos de trabalho. Apenas o ramo de máquinas agrícolas, representado pela Case New Holland (CNH), cresceu no ano passado, superando em 17,84% a produção de 2001.

Apesar desse desaquecimento – ocasionado sobretudo pela queda das exportações de automóveis para a Argentina e, em menor parte, para os Estados Unidos –, o Sindicato e o Dieese manifestaram otimismo, prevendo recuperação das montadoras em 2003 em virtude do lançamento de novos modelos e do direcionamento da produção para o mercado interno.

CASADO, Vânia. Cai a produção automotiva no Paraná. **Folha de Londrina**, 20 fev. 2003. Caderno Economia, p. 4.

GASPARIN, Mirian. Produção de veículos caiu 13% em 2002 no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 fev. 2003. p. 20.

INVESTIMENTOS

Grupo Sudate inaugura plantas em Ibaiti

O grupo Sudate inaugurará duas fábricas no município de Ibaiti no mês de janeiro. A Ibaipinos, destinada à fabricação de madeira, e a Sudate Contemplac, que produzirá compensados, deverão garantir a geração de aproximadamente 440 empregos, com investimentos da ordem de R\$ 5 milhões.

A prefeitura de Ibaiti participou do processo de instalação das indústrias com a doação de uma área de cerca de 12 hectares, além da realização de obras de infra-estrutura.

TELES, Benedito. Sudate anuncia inauguração de fábricas em Ibaiti. **Folha de Londrina**, 20 dez. 2002. Caderno Economia, p. 4.

Mate Real registra acréscimo de 34% no faturamento

A Moinhos Unidos Brasil (Mate Real) contabilizou aumento de 34% no seu faturamento em 2002, com receitas da ordem de R\$ 15 milhões. A empresa está operando com 90% de sua capacidade de produção, o que exigiu a adoção de um segundo turno de trabalho.

O bom desempenho da empresa resultou em aumento de sua participação no mercado, que saltou de 10% em 2001 para a faixa de 14% a 18% em 2002. Em parte, isso se deve ao investimento de R\$ 1,5 milhão em modernização da fábrica e na reformulação da marca e das embalagens dos produtos.

CALDERON, Cynthia. Mate Real aumenta faturamento em 34%. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 jan. 2003. Caderno Região Sul, p. 1.

Volvo destinará US\$ 100 milhões à fábrica de Curitiba

Nos próximos três anos, a Volvo do Brasil investirá US\$ 100 milhões em sua fábrica localizada em Curitiba. Os recursos serão destinados à recuperação e à ampliação da linha de produtos da empresa, que atualmente produz ônibus e caminhões pesados no Paraná.

No ano passado, o faturamento da Volvo cresceu 24%, saltando de US\$ 1 bilhão para US\$ 1,24 bilhão. Esse bom desempenho se deve em grande medida à venda de 4,32 mil caminhões pesados no mercado interno, o que garantiu a liderança nacional à empresa.

VOLVO investe US\$ 100 mi em ampliação no Brasil. **Folha de Londrina**, 23 jan. 2003. Caderno Economia, p. 2.

COUTO, Roberto. Volvo investirá US\$ 100 milhões na fábrica de Curitiba em três anos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jan. 2003. p. 21.

Implantação da filial da Bematech em Manaus

A Indústria Paranaense Bematech está inaugurando uma fábrica em Manaus e planeja investir R\$ 1 milhão até o fim do ano. A indústria terá capacidade de produção de 8 mil unidades por ano, entre caixas registradoras e toda a linha de itens que a Bematech adquiriu da Yanco.

A empresa estuda a transferência para Manaus da fabricação de produtos atualmente produzidos em Curitiba, devido à isenção das alíquotas de importação prevista na Zona Franca de Manaus.

A Bematech tenciona tornar-se uma companhia de atuação global. Para tanto, necessita ampliar suas exportações, que representam apenas 5% do faturamento. A previsão para 2003 é registrar faturamento de R\$ 100 milhões.

NETO, Romeu de Bruns. Bematech investe R\$ 1 milhão em Manaus. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 fev. 2003. p. 25.

ROSA, João Luiz. Bematech inicia produção em Manaus. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 fev. 2003. Caderno Empresas, p. B4.

Caterpillar compra a Detroit Motores do Brasil

A Perkins Engines Company Limited, empresa do grupo Caterpillar, comprou a Detroit Diesel Motores do Brasil, sediada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

O investimento totalizou US\$ 11 milhões, incluindo a modernização dos equipamentos e a implantação de nova linha de produção, que iniciará suas atividades entre abril e junho de 2003. A unidade fabricará motores a diesel de 4 e 6 cilindros que serão comercializados, a princípio, no mercado interno.

GASPARIN, Mirian. Grupo Caterpillar compra fábrica da Detroit Motores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 fev. 2003. p. 24.

INFRA-ESTRUTURA

Porto de Paranaguá investe R\$ 1,3 milhão para atender maior demanda

O Porto de Paranaguá, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), está investindo R\$ 1,3 milhão

para atender aos embarques de grãos, cuja produção este ano, somente no Paraná, deve superar em mais de 11% a de 2002.

Os recursos serão aplicados na modernização de equipamentos e serviços utilizados pelo Porto, que realiza também o escoamento de parte da safra de grãos do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraguai e Bolívia.

PARANAGUÁ melhora porto e espera mais grãos. **Folha de Londrina**, 12 fev. 2003. Caderno Economia, p. 4.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

continua

| ANO | ALGODÃO | | | ARROZ | | | BATATA-INGLESA | | |
|---------------------|-------------------|--------------|-----------------|-------------------|--------------|-----------------|-------------------|--------------|-----------------|
| | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) |
| 1980 | 336 000 | 561 519 | 1 671 | 390 545 | 638 000 | 1 636 | 42 630 | 521 762 | 12 239 |
| 1981 | 305 790 | 581 000 | 1 900 | 275 000 | 493 632 | 1 793 | 39 146 | 459 357 | 11 734 |
| 1982 | 369 500 | 739 000 | 2 000 | 204 000 | 256 620 | 1 258 | 50 460 | 603 553 | 11 961 |
| 1983 | 440 000 | 695 608 | 1 581 | 216 400 | 368 313 | 1 702 | 45 004 | 422 870 | 9 396 |
| 1984 | 322 124 | 611 865 | 1 899 | 196 700 | 242 570 | 1 233 | 40 904 | 505 915 | 12 368 |
| 1985 | 540 000 | 1 035 661 | 1 918 | 200 000 | 296 000 | 1 480 | 38 992 | 497 522 | 12 760 |
| 1986 | 415 000 | 768 434 | 1 852 | 140 000 | 206 000 | 1 411 | 40 509 | 416 596 | 10 284 |
| 1987 | 386 000 | 711 880 | 1 844 | 202 923 | 342 844 | 1 690 | 50 155 | 662 129 | 13 202 |
| 1988 | 470 000 | 903 107 | 1 922 | 188 615 | 316 732 | 1 679 | 49 464 | 654 282 | 13 227 |
| 1989 | 415 091 | 805 277 | 1 940 | 163 633 | 295 698 | 1 807 | 39 622 | 502 158 | 12 673 |
| 1990 | 490 000 | 852 600 | 1 740 | 151 003 | 253 501 | 1 679 | 41 285 | 616 498 | 14 933 |
| 1991 | 618 000 | 1 024 111 | 1 657 | 121 297 | 163 056 | 1 909 | 41 650 | 653 824 | 15 698 |
| 1992 | 704 498 | 972 804 | 1 381 | 134 000 | 217 200 | 1 621 | 43 925 | 683 500 | 15 561 |
| 1993 | 345 000 | 448 081 | 1 299 | 127 500 | 232 500 | 1 824 | 40 800 | 624 872 | 15 315 |
| 1994 | 235 000 | 422 541 | 1 798 | 105 301 | 217 466 | 2 065 | 45 069 | 643 865 | 14 286 |
| 1995 | 282 760 | 529 977 | 1 874 | 108 600 | 225 000 | 2 072 | 43 038 | 620 300 | 14 413 |
| 1996 | 182 700 | 287 061 | 1 571 | 96 300 | 205 000 | 2 129 | 49 236 | 716 000 | 14 542 |
| 1997 | 59 874 | 110 000 | 1 837 | 85 487 | 176 057 | 2 059 | 45 399 | 665 840 | 14 666 |
| 1998 | 112 994 | 170 358 | 1 508 | 80 521 | 170 080 | 2 113 | 43 510 | 571 854 | 13 143 |
| 1999 | 48 161 | 109 144 | 2 266 | 81 894 | 186 880 | 2 282 | 41 931 | 615 832 | 14 687 |
| 2000 | 54 420 | 126 051 | 2 316 | 79 823 | 179 885 | 2 254 | 36 448 | 648 376 | 17 789 |
| 2001 | 71 264 | 174 854 | 2 454 | 78 568 | 186 678 | 2 376 | 32 661 | 594 124 | 18 191 |
| 2002 ⁽¹⁾ | 35 157 | 81 534 | 2 319 | 75 477 | 182 509 | 2 418 | 32 976 | 634 226 | 19 233 |

| ANO | CAFÉ | | | CANA-DE-AÇÚCAR | | | CEVADA | | |
|---------------------|-------------------|--------------|-----------------|-------------------|--------------|-----------------|-------------------|--------------|-----------------|
| | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) |
| 1980 | 734 152 | 180 000 | 245 | 57 990 | 4 451 480 | 76 763 | 30 172 | 39 172 | 1 298 |
| 1981 | 700 000 | 498 000 | 711 | 69 120 | 4 888 038 | 70 712 | 34 775 | 35 392 | 1 017 |
| 1982 | 303 000 | 96 000 | 317 | 90 000 | 6 840 000 | 76 000 | 35 950 | 27 247 | 758 |
| 1983 | 440 000 | 354 000 | 805 | 110 930 | 9 664 965 | 87 127 | 21 442 | 18 915 | 882 |
| 1984 | 424 000 | 252 000 | 594 | 121 696 | 8 428 836 | 69 261 | 19 574 | 18 400 | 940 |
| 1985 | 424 000 | 318 000 | 750 | 140 878 | 10 425 000 | 74 000 | 36 297 | 65 512 | 1 722 |
| 1986 | 422 825 | 120 000 | 284 | 160 000 | 11 600 000 | 72 500 | 27 600 | 60 000 | 2 174 |
| 1987 | 430 000 | 510 000 | 1 186 | 160 420 | 11 911 431 | 74 252 | 40 670 | 92 000 | 2 262 |
| 1988 | 505 581 | 114 000 | 226 | 156 497 | 11 856 032 | 75 759 | 42 498 | 49 485 | 1 164 |
| 1989 | 493 324 | 267 039 | 541 | 153 539 | 11 401 852 | 74 260 | 40 402 | 102 351 | 2 532 |
| 1990 | 426 391 | 156 702 | 368 | 159 417 | 11 736 412 | 73 621 | 28 213 | 50 844 | 1 802 |
| 1991 | 383 355 | 201 922 | 527 | 172 296 | 12 500 000 | 72 550 | 22 974 | 31 052 | 1 352 |
| 1992 | 296 000 | 108 000 | 365 | 184 000 | 13 350 000 | 72 554 | 17 700 | 43 326 | 2 448 |
| 1993 | 230 000 | 100 000 | 435 | 196 000 | 14 000 000 | 71 429 | 23 946 | 48 860 | 2 040 |
| 1994 | 184 351 | 81 990 | 445 | 215 796 | 15 945 937 | 73 894 | 14 207 | 27 975 | 1 969 |
| 1995 | 13 750 | 7 350 | 535 | 255 000 | 18 870 000 | 74 000 | 20 235 | 30 800 | 1 515 |
| 1996 | 134 000 | 67 000 | 500 | 294 000 | 23 000 000 | 78 231 | 26 110 | 85 430 | 3 272 |
| 1997 | 127 895 | 109 630 | 858 | 306 000 | 24 500 000 | 80 065 | 36 971 | 106 030 | 2 868 |
| 1998 | 128 127 | 135 707 | 1 060 | 310 344 | 26 640 767 | 85 843 | 42 957 | 84 371 | 1 964 |
| 1999 | 136 642 | 141 813 | 1 038 | 338 939 | 27 016 957 | 79 710 | 31 864 | 78 722 | 2 471 |
| 2000 | 142 118 | 132 435 | 932 | 327 147 | 23 190 410 | 70 887 | 32 135 | 69 146 | 2 152 |
| 2001 | 63 304 | 28 299 | 447 | 337 574 | 27 156 281 | 80 445 | 40 456 | 76 209 | 1 884 |
| 2002 ⁽¹⁾ | 130 782 | 145 260 | 1 111 | 356 891 | 28 121 197 | 78 795 | 51 395 | 73 262 | 1 425 |

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2002

conclusão

| ANO | FEIJÃO | | | MANDIOCA | | | MILHO | | |
|---------------------|----------------------|-----------------|--------------------|----------------------|-----------------|--------------------|----------------------|-----------------|--------------------|
| | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) |
| 1980 | 815 088 | 462 250 | 567 | 44 640 | 887 810 | 19 888 | 2 156 508 | 5 466 967 | 2 535 |
| 1981 | 852 835 | 570 860 | 669 | 58 700 | 1 100 380 | 18 746 | 2 161 999 | 5 363 109 | 2 481 |
| 1982 | 879 990 | 666 800 | 758 | 62 500 | 1 218 750 | 19 500 | 2 276 700 | 5 430 000 | 2 385 |
| 1983 | 699 685 | 347 035 | 496 | 69 870 | 1 452 870 | 20 794 | 2 361 800 | 5 018 870 | 2 125 |
| 1984 | 741 001 | 479 108 | 647 | 73 688 | 1 446 258 | 19 627 | 2 447 000 | 5 400 000 | 2 207 |
| 1985 | 723 764 | 499 617 | 690 | 85 800 | 1 722 864 | 20 080 | 2 332 840 | 5 803 713 | 2 488 |
| 1986 | 627 604 | 215 701 | 344 | 85 800 | 1 700 000 | 19 814 | 2 300 000 | 4 300 000 | 1 870 |
| 1987 | 754 210 | 391 355 | 519 | 85 445 | 1 853 950 | 21 698 | 2 846 000 | 7 641 800 | 2 685 |
| 1988 | 741 920 | 457 692 | 617 | 85 242 | 1 855 328 | 21 765 | 2 269 862 | 5 558 805 | 2 449 |
| 1989 | 528 741 | 223 031 | 422 | 77 349 | 1 622 846 | 20 981 | 2 137 234 | 5 296 080 | 2 478 |
| 1990 | 550 591 | 279 028 | 507 | 101 854 | 2 184 599 | 21 448 | 2 079 784 | 5 160 823 | 2 481 |
| 1991 | 624 036 | 348 332 | 558 | 102 265 | 2 261 788 | 22 117 | 2 358 797 | 4 827 112 | 2 046 |
| 1992 | 595 894 | 461 162 | 774 | 100 000 | 2 100 000 | 21 000 | 2 610 000 | 7 370 000 | 2 824 |
| 1993 | 545 800 | 444 000 | 813 | 137 000 | 3 014 000 | 22 000 | 2 703 000 | 8 158 000 | 3 018 |
| 1994 | 589 479 | 526 209 | 893 | 157 625 | 3 419 935 | 21 700 | 2 512 859 | 8 162 472 | 3 248 |
| 1995 | 487 309 | 422 451 | 867 | 144 000 | 3 168 000 | 22 000 | 2 727 800 | 8 960 400 | 3 285 |
| 1996 | 596 125 | 490 854 | 823 | 115 232 | 2 500 000 | 21 695 | 2 463 000 | 7 911 000 | 3 212 |
| 1997 | 557 123 | 475 458 | 853 | 144 500 | 2 600 000 | 17 993 | 2 503 003 | 7 752 217 | 3 097 |
| 1998 | 564 537 | 494 556 | 876 | 149 934 | 3 241 800 | 21 622 | 2 229 524 | 7 935 376 | 3 559 |
| 1999 | 680 317 | 570 097 | 838 | 164 258 | 3 446 805 | 20 984 | 2 520 818 | 8 777 465 | 3 482 |
| 2000 | 541 082 | 500 948 | 926 | 182 850 | 3 779 827 | 20 672 | 2 233 858 | 7 367 262 | 3 298 |
| 2001 | 428 343 | 470 214 | 1 098 | 172 815 | 3 614 859 | 20 918 | 2 820 597 | 12 689 549 | 4 499 |
| 2002 ⁽¹⁾ | 524 503 | 612 310 | 1 167 | 156 946 | 3 449 097 | 21 976 | 2 492 738 | 9 678 523 | 3 883 |

| ANO | RAMI | | | SOJA | | | TRIGO | | |
|---------------------|----------------------|-----------------|--------------------|----------------------|-----------------|--------------------|----------------------|-----------------|--------------------|
| | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) | Área Colhida (ha) | Produção (t) | Produt. (kg/ha) |
| 1980 | 6 780 | 17 000 | 2 507 | 2 410 000 | 5 400 000 | 2 241 | 1 440 000 | 1 350 000 | 937 |
| 1981 | 7 160 | 10 164 | 1 420 | 2 266 200 | 4 983 210 | 2 199 | 785 000 | 915 000 | 1 166 |
| 1982 | 5 818 | 9 477 | 1 629 | 2 100 000 | 4 200 000 | 2 000 | 1 175 000 | 1 025 000 | 872 |
| 1983 | 4 670 | 9 583 | 2 052 | 2 022 000 | 4 315 000 | 2 134 | 898 265 | 1 066 000 | 1 187 |
| 1984 | 4 495 | 9 625 | 2 141 | 2 177 900 | 4 121 000 | 1 892 | 829 211 | 1 113 009 | 1 342 |
| 1985 | 4 887 | 10 004 | 2 047 | 2 196 370 | 4 413 000 | 2 009 | 1 295 548 | 2 696 023 | 2 081 |
| 1986 | 5 530 | 7 000 | 1 266 | 1 745 000 | 2 600 000 | 1 490 | 1 947 000 | 2 950 000 | 1 115 |
| 1987 | 7 100 | 15 500 | 2 183 | 1 718 000 | 3 810 000 | 2 218 | 1 717 500 | 3 300 000 | 1 921 |
| 1988 | 8 162 | 19 060 | 2 335 | 2 123 379 | 4 771 264 | 2 247 | 1 773 797 | 3 250 000 | 1 832 |
| 1989 | 8 030 | 9 193 | 1 145 | 2 399 993 | 5 031 297 | 2 096 | 1 829 680 | 3 207 000 | 1 753 |
| 1990 | 7 139 | 10 183 | 1 426 | 2 267 638 | 4 649 752 | 2 050 | 1 197 149 | 1 394 052 | 1 164 |
| 1991 | 5 595 | 7 999 | 1 430 | 1 972 538 | 3 531 216 | 1 790 | 1 082 358 | 1 825 959 | 1 687 |
| 1992 | 5 300 | 6 500 | 1 226 | 1 794 000 | 3 417 000 | 1 905 | 1 220 000 | 1 600 000 | 1 311 |
| 1993 | 5 650 | 7 200 | 1 548 | 2 076 000 | 4 817 000 | 2 320 | 696 000 | 1 023 000 | 1 470 |
| 1994 | 3 482 | 3 992 | 1 146 | 2 154 077 | 5 332 893 | 2 476 | 599 070 | 1 012 439 | 1 690 |
| 1995 | 2 913 | 2 922 | 1 003 | 2 199 720 | 5 624 440 | 2 557 | 579 000 | 960 000 | 1 658 |
| 1996 | 2 550 | 4 970 | 1 940 | 2 392 000 | 6 448 800 | 2 696 | 1 024 480 | 1 977 030 | 1 930 |
| 1997 | 1 816 | 3 616 | 1 991 | 2 551 651 | 6 582 273 | 2 580 | 899 024 | 1 629 226 | 1 812 |
| 1998 | 818 | 1 615 | 1 974 | 2 858 697 | 7 313 460 | 2 558 | 893 302 | 1 509 420 | 1 690 |
| 1999 | 465 | 992 | 2 133 | 2 786 857 | 7 752 472 | 2 782 | 707 518 | 1 446 782 | 2 045 |
| 2000 | 465 | 1 006 | 2 163 | 2 859 362 | 7 199 810 | 2 518 | 437 761 | 599 355 | 1 369 |
| 2001 | 387 | 865 | 2 235 | 2 821 906 | 8 628 469 | 3 058 | 873 465 | 1 840 114 | 2 107 |
| 2002 ⁽¹⁾ | 505 | 1 075 | 2 129 | 3 294 890 | 9 407 606 | 2 855 | 1 075 537 | 1 549 956 | 1 441 |

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – DEZEMBRO 2002

continua

| ANO | RESIDENCIAL | | | INDUSTRIAL | | | COMERCIAL | | | RURAL | | |
|-----------|-------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|-----------|------------|-------------|-----------|------------|-------------|
| | MWh | Consumidor | Cons. Médio | MWh | Consumidor | Cons. Médio | MWh | Consumidor | Cons. Médio | MWh | Consumidor | Cons. Médio |
| 1982 | 1 299 593 | 969 291 | 1,34 | 3 001 995 | 17 813 | 168,53 | 851 549 | 128 761 | 6,61 | 272 938 | 84 482 | 3,23 |
| 1983 | 1 448 654 | 1 034 511 | 1,40 | 3 073 475 | 17 546 | 175,17 | 918 416 | 132 319 | 6,94 | 316 622 | 98 197 | 3,22 |
| 1984 | 1 540 255 | 1 087 628 | 1,42 | 3 501 765 | 17 414 | 201,09 | 1 004 286 | 134 149 | 7,49 | 375 082 | 110 924 | 3,38 |
| 1985 | 1 664 522 | 1 160 358 | 1,43 | 4 223 948 | 18 538 | 227,85 | 1 082 727 | 137 975 | 7,85 | 455 386 | 149 948 | 3,04 |
| 1986 | 1 742 477 | 1 226 376 | 1,42 | 4 344 589 | 22 414 | 193,83 | 1 040 502 | 147 003 | 7,08 | 529 374 | 180 612 | 2,93 |
| 1987 | 1 969 469 | 1 283 301 | 1,53 | 4 426 193 | 23 592 | 187,61 | 1 139 754 | 153 382 | 7,43 | 623 808 | 207 010 | 3,01 |
| 1988 | 2 131 094 | 1 352 531 | 1,58 | 4 812 478 | 24 765 | 194,33 | 1 198 790 | 159 021 | 7,54 | 666 583 | 225 616 | 2,95 |
| 1989 | 2 305 889 | 1 432 780 | 1,61 | 4 943 319 | 26 844 | 184,15 | 1 256 049 | 167 241 | 7,51 | 669 758 | 232 101 | 2,89 |
| 1990 | 2 532 547 | 1 487 769 | 1,70 | 4 942 352 | 28 307 | 174,60 | 1 326 884 | 174 915 | 7,59 | 710 262 | 239 930 | 2,96 |
| 1991 | 2 728 913 | 1 564 954 | 1,74 | 4 961 887 | 30 093 | 164,89 | 1 410 622 | 184 105 | 7,66 | 770 424 | 241 854 | 3,19 |
| 1992 | 2 803 183 | 1 661 526 | 1,69 | 5 277 590 | 29 719 | 177,58 | 1 465 433 | 189 726 | 7,72 | 783 676 | 242 718 | 3,23 |
| 1993 | 2 942 026 | 1 760 153 | 1,67 | 5 721 496 | 31 475 | 181,78 | 1 562 062 | 198 402 | 7,87 | 807 335 | 253 995 | 3,18 |
| 1994 | 3 083 465 | 1 850 043 | 1,67 | 6 109 250 | 34 527 | 174,33 | 1 644 415 | 206 957 | 7,95 | 849 676 | 261 024 | 3,26 |
| 1995 | 3 496 661 | 1 928 441 | 1,81 | 6 319 368 | 36 322 | 173,98 | 1 828 569 | 215 459 | 8,48 | 921 030 | 264 605 | 3,48 |
| 1996 | 3 893 958 | 2 017 401 | 1,93 | 6 481 741 | 39 319 | 164,85 | 1 997 484 | 223 907 | 8,92 | 972 044 | 271 667 | 3,58 |
| 1997 | 4 070 901 | 2 087 652 | 1,95 | 6 773 231 | 41 752 | 162,22 | 2 164 222 | 231 472 | 9,35 | 1 019 293 | 273 850 | 3,72 |
| 1998 | 4 315 128 | 2 162 281 | 2,00 | 7 076 156 | 43 040 | 164,41 | 2 323 067 | 236 269 | 9,84 | 1 053 364 | 282 738 | 3,73 |
| 1999 | 4 286 162 | 2 159 603 | 1,98 | 6 237 923 | 43 090 | 144,76 | 2 383 606 | 235 671 | 10,11 | 1 082 043 | 279 932 | 3,87 |
| 2000 | 4 447 391 | 2 226 052 | 1,99 | 6 868 185 | 44 225 | 155,30 | 2 562 616 | 242 115 | 10,58 | 1 128 692 | 286 710 | 3,93 |
| 2001 | 4 311 700 | 2 304 333 | 1,87 | 7 308 055 | 45 326 | 165,25 | 2 638 769 | 248 633 | 10,61 | 1 137 253 | 302 767 | 3,97 |
| Janeiro | 391 205 | 2 231 978 | 0,18 | 572 949 | 44 162 | 12,97 | 234 177 | 242 276 | 0,97 | 99 407 | 287 589 | 0,35 |
| Fevereiro | 382 490 | 2 239 258 | 0,17 | 575 808 | 44 198 | 13,03 | 242 854 | 242 603 | 1,00 | 101 588 | 288 342 | 0,35 |
| Março | 369 061 | 2 243 639 | 0,16 | 593 905 | 44 279 | 13,41 | 237 032 | 242 796 | 0,98 | 101 913 | 289 129 | 0,35 |
| Abril | 386 161 | 2 251 650 | 0,17 | 627 716 | 44 243 | 14,19 | 248 257 | 243 676 | 1,02 | 101 304 | 290 676 | 0,35 |
| Maio | 365 672 | 2 260 389 | 0,16 | 596 705 | 44 652 | 13,36 | 220 287 | 244 685 | 0,90 | 100 742 | 291 600 | 0,35 |
| Junho | 344 772 | 2 270 757 | 0,15 | 590 276 | 44 994 | 13,12 | 203 005 | 245 604 | 0,83 | 92 278 | 293 680 | 0,31 |
| Julho | 329 062 | 2 277 095 | 0,14 | 617 373 | 45 104 | 13,69 | 194 661 | 245 937 | 0,79 | 91 116 | 295 017 | 0,31 |
| Agosto | 340 915 | 2 286 273 | 0,15 | 646 204 | 45 148 | 14,31 | 204 552 | 246 600 | 0,83 | 86 662 | 296 305 | 0,29 |
| Setembro | 352 467 | 2 293 887 | 0,15 | 644 893 | 45 119 | 14,29 | 209 646 | 247 376 | 0,85 | 87 942 | 297 239 | 0,30 |
| Outubro | 352 403 | 2 298 053 | 0,15 | 610 363 | 45 184 | 13,51 | 206 515 | 247 889 | 0,83 | 88 429 | 298 055 | 0,30 |
| Novembro | 348 862 | 2 301 182 | 0,15 | 622 578 | 45 239 | 13,76 | 216 131 | 248 427 | 0,87 | 92 489 | 299 129 | 0,31 |
| Dezembro | 348 630 | 2 304 333 | 0,15 | 609 285 | 45 326 | 13,44 | 221 652 | 248 633 | 0,89 | 93 383 | 302 767 | 0,31 |
| 2002 | 4 306 640 | 2 361 718 | 1,82 | 7 554 424 | 46 383 | 162,87 | 2 726 240 | 252 031 | 10,82 | 1 216 176 | 313 642 | 3,88 |
| Janeiro | 359 266 | 2 307 510 | 0,16 | 574 508 | 45 312 | 12,68 | 223 110 | 248 486 | 0,90 | 98 221 | 306 867 | 0,32 |
| Fevereiro | 356 707 | 2 303 313 | 0,15 | 591 444 | 45 142 | 13,10 | 224 376 | 246 867 | 0,91 | 102 943 | 302 028 | 0,34 |
| Março | 345 798 | 2 317 426 | 0,15 | 624 228 | 45 342 | 13,77 | 229 898 | 248 041 | 0,93 | 102 100 | 304 884 | 0,33 |
| Abril | 380 086 | 2 326 035 | 0,16 | 633 133 | 45 348 | 13,96 | 256 015 | 249 126 | 1,03 | 108 643 | 306 399 | 0,35 |
| Maio | 367 783 | 2 330 219 | 0,16 | 633 833 | 45 411 | 13,96 | 230 954 | 249 449 | 0,93 | 106 253 | 307 423 | 0,35 |
| Junho | 356 695 | 2 332 046 | 0,15 | 641 085 | 45 468 | 14,10 | 213 957 | 249 801 | 0,86 | 99 786 | 307 766 | 0,32 |
| Julho | 345 858 | 2 331 731 | 0,15 | 638 103 | 45 380 | 14,06 | 208 313 | 249 501 | 0,83 | 98 669 | 308 952 | 0,32 |
| Agosto | 356 488 | 2 342 351 | 0,15 | 668 296 | 45 686 | 14,63 | 217 121 | 250 439 | 0,87 | 95 711 | 309 653 | 0,31 |
| Setembro | 360 375 | 2 349 687 | 0,15 | 664 903 | 45 980 | 14,46 | 223 906 | 250 973 | 0,89 | 98 567 | 310 352 | 0,32 |
| Outubro | 353 712 | 2 348 161 | 0,15 | 662 048 | 45 991 | 14,40 | 226 421 | 250 631 | 0,90 | 99 808 | 310 746 | 0,32 |
| Novembro | 370 490 | 2 361 596 | 0,16 | 623 449 | 46 293 | 13,47 | 235 841 | 251 868 | 0,94 | 103 530 | 312 599 | 0,33 |
| Dezembro | 353 382 | 2 361 718 | 0,15 | 599 394 | 46 383 | 12,92 | 236 328 | 252 031 | 0,94 | 101 945 | 313 642 | 0,33 |

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982-DEZEMBRO 2002

conclusão

| ANO | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | SERVIÇOS PÚBLICOS | | | PRÓPRIO | | | TOTAL | | |
|-----------|--------------------|------------|-------------|-------------------|------------|-------------|---------|------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | MWh | Consumidor | Cons. Médio | MWh | Consumidor | Cons. Médio | MWh | Consumidor | Cons. Médio | MWh | Consumidor | Cons. Médio |
| 1982 | 350 752 | 926 | 378,78 | 194 380 | 1 037 | 187,44 | 34 451 | 1 019 | 33,81 | 6 005 658 | 1 203 329 | 4,99 |
| 1983 | 366 667 | 931 | 393,84 | 217 676 | 1 148 | 189,61 | 51 427 | 1 073 | 47,93 | 6 392 937 | 1 285 725 | 4,97 |
| 1984 | 391 060 | 957 | 408,63 | 239 141 | 1 240 | 192,86 | 62 097 | 1 113 | 55,79 | 7 113 686 | 1 353 425 | 5,26 |
| 1985 | 426 117 | 990 | 430,42 | 249 879 | 1 371 | 182,26 | 60 867 | 1 101 | 55,28 | 8 163 344 | 1 470 281 | 5,55 |
| 1986 | 404 467 | 1 019 | 396,93 | 258 540 | 1 515 | 170,65 | 67 435 | 1 154 | 58,44 | 8 387 384 | 1 580 093 | 5,31 |
| 1987 | 472 246 | 1 029 | 458,94 | 280 669 | 1 627 | 172,51 | 67 805 | 1 198 | 56,60 | 8 979 944 | 1 671 139 | 5,37 |
| 1988 | 522 691 | 1 040 | 502,59 | 303 603 | 1 775 | 171,04 | 52 814 | 1 266 | 41,72 | 9 688 053 | 1 766 014 | 5,49 |
| 1989 | 542 071 | 1 029 | 526,79 | 311 674 | 1 862 | 167,39 | 53 035 | 1 302 | 40,73 | 10 081 795 | 1 863 159 | 5,41 |
| 1990 | 543 225 | 1 035 | 524,86 | 324 304 | 1 945 | 166,74 | 55 626 | 1 323 | 42,05 | 10 435 200 | 1 935 224 | 5,39 |
| 1991 | 555 513 | 1 041 | 533,63 | 349 943 | 2 069 | 169,14 | 49 385 | 1 314 | 37,58 | 10 826 687 | 2 025 430 | 5,35 |
| 1992 | 569 159 | 1 054 | 540,00 | 364 228 | 2 175 | 167,46 | 48 394 | 1 290 | 37,51 | 11 311 663 | 2 128 208 | 5,32 |
| 1993 | 581 418 | 1 056 | 550,59 | 385 049 | 2 345 | 164,20 | 48 830 | 1 282 | 38,09 | 12 048 216 | 2 248 708 | 5,36 |
| 1994 | 596 059 | 1 062 | 561,26 | 408 225 | 2 535 | 161,04 | 47 243 | 1 308 | 36,12 | 12 953 312 | 2 382 031 | 5,44 |
| 1995 | 617 280 | 1 066 | 579,06 | 432 308 | 2 695 | 160,41 | 50 285 | 1 368 | 36,75 | 13 998 664 | 2 475 295 | 5,65 |
| 1996 | 637 700 | 1 065 | 598,78 | 453 092 | 2 844 | 159,32 | 69 251 | 1 372 | 50,47 | 14 866 502 | 2 583 944 | 5,75 |
| 1997 | 664 359 | 2 581 | 257,40 | 468 424 | 2 903 | 161,36 | 72 469 | 1 367 | 53,01 | 15 232 899 | 2 641 577 | 5,77 |
| 1998 | 679 774 | 3 094 | 219,71 | 492 871 | 3 091 | 159,46 | 58 544 | 1 329 | 43,98 | 15 998 805 | 2 731 842 | 5,86 |
| 1999 | 662 423 | 3 180 | 208,31 | 496 069 | 3 165 | 156,74 | 35 725 | 1 152 | 31,01 | 15 203 951 | 2 725 793 | 5,58 |
| 2000 | 672 684 | 3 840 | 175,17 | 505 344 | 3 297 | 153,27 | 33 341 | 1 033 | 32,27 | 16 207 304 | 2 807 270 | 5,77 |
| 2001 | 675 604 | 4 133 | 163,47 | 518 944 | 3 346 | 155,09 | 27 393 | 593 | 26,52 | 16 617 718 | 2 909 131 | 5,71 |
| Janeiro | 56 288 | 3 857 | 14,59 | 45 094 | 3 302 | 13,66 | 2 804 | 1 031 | 2,72 | 1 401 924 | 2 814 195 | 0,50 |
| Fevereiro | 56 670 | 3 868 | 14,65 | 47 722 | 3 305 | 14,44 | 2 860 | 1 034 | 2,77 | 1 409 992 | 2 822 608 | 0,50 |
| Março | 56 806 | 3 885 | 14,62 | 41 615 | 3 314 | 12,56 | 2 722 | 1 031 | 2,64 | 1 403 054 | 2 828 073 | 0,50 |
| Abril | 56 618 | 3 885 | 14,57 | 43 920 | 3 285 | 13,37 | 2 716 | 1 019 | 2,67 | 1 466 692 | 2 838 434 | 0,52 |
| Maio | 56 649 | 3 892 | 14,56 | 45 376 | 3 324 | 13,65 | 2 697 | 1 024 | 2,63 | 1 388 128 | 2 849 566 | 0,49 |
| Junho | 56 526 | 3 945 | 14,33 | 41 796 | 3 329 | 12,56 | 2 844 | 1 022 | 2,78 | 1 331 497 | 2 863 331 | 0,47 |
| Julho | 56 569 | 3 980 | 14,21 | 40 741 | 3 324 | 12,26 | 2 258 | 1 011 | 2,23 | 1 331 780 | 2 871 468 | 0,46 |
| Agosto | 56 046 | 4 007 | 13,99 | 42 125 | 3 326 | 12,67 | 2 263 | 988 | 2,29 | 1 378 767 | 2 882 647 | 0,48 |
| Setembro | 55 520 | 4 045 | 13,73 | 42 379 | 3 303 | 12,83 | 1 928 | 857 | 2,25 | 1 394 775 | 2 891 826 | 0,48 |
| Outubro | 55 947 | 4 082 | 13,71 | 42 471 | 3 322 | 12,78 | 1 670 | 767 | 2,18 | 1 357 798 | 2 897 352 | 0,47 |
| Novembro | 55 866 | 4 111 | 13,59 | 43 068 | 3 336 | 12,91 | 1 451 | 677 | 2,14 | 1 380 445 | 2 902 101 | 0,48 |
| Dezembro | 56 099 | 4 133 | 13,57 | 42 637 | 3 346 | 12,74 | 1 180 | 593 | 1,99 | 1 372 866 | 2 909 131 | 0,47 |
| 2002 | 672 706 | 4 399 | 152,92 | 525 399 | 3 492 | 150,46 | 20 096 | 582 | 34,53 | 17 021 681 | 2 982 247 | 5,71 |
| Janeiro | 55 923 | 4 140 | 13,51 | 44 511 | 3 356 | 13,26 | 1 560 | 624 | 2,50 | 1 357 099 | 2 916 295 | 0,47 |
| Fevereiro | 56 143 | 4 164 | 13,48 | 43 768 | 3 331 | 13,14 | 2 487 | 613 | 4,06 | 1 377 868 | 2 905 458 | 0,47 |
| Março | 56 488 | 4 173 | 13,54 | 42 428 | 3 348 | 12,67 | 1 631 | 593 | 2,75 | 1 402 571 | 2 923 807 | 0,48 |
| Abril | 56 048 | 4 184 | 13,40 | 46 492 | 3 395 | 13,69 | 1 689 | 586 | 2,88 | 1 482 106 | 2 935 073 | 0,50 |
| Maio | 56 280 | 4 215 | 13,35 | 43 704 | 3 402 | 12,85 | 1 677 | 592 | 2,83 | 1 440 484 | 2 940 711 | 0,49 |
| Junho | 56 136 | 4 245 | 13,22 | 43 368 | 3 412 | 12,71 | 1 636 | 585 | 2,80 | 1 412 663 | 2 943 323 | 0,48 |
| Julho | 55 577 | 4 261 | 13,04 | 41 560 | 3 427 | 12,13 | 1 493 | 587 | 2,54 | 1 370 298 | 2 943 839 | 0,47 |
| Agosto | 56 073 | 4 291 | 13,07 | 43 462 | 3 457 | 12,57 | 1 561 | 586 | 2,66 | 1 438 712 | 2 956 463 | 0,49 |
| Setembro | 56 231 | 4 323 | 13,01 | 43 533 | 3 474 | 12,53 | 1 562 | 587 | 2,66 | 1 449 077 | 2 965 376 | 0,49 |
| Outubro | 56 315 | 4 380 | 12,86 | 44 066 | 3 489 | 12,63 | 1 556 | 583 | 2,67 | 1 443 926 | 2 963 981 | 0,49 |
| Novembro | 55 678 | 4 389 | 12,69 | 44 736 | 3 482 | 12,85 | 1 664 | 585 | 2,84 | 1 435 388 | 2 980 812 | 0,48 |
| Dezembro | 55 814 | 4 399 | 12,69 | 43 771 | 3 492 | 12,53 | 1 580 | 582 | 2,71 | 1 392 214 | 2 982 247 | 0,47 |

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2002

| ANO | BÁSICOS | | INDUSTRIALIZADOS | | | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | TOTAL (US\$ mil FOB) |
|---------------------|--------------|-----------|-------------------|-----------|---------------|-----------|---------------------|-----------|-------------------------|
| | | | Semimanufaturados | | Manufaturados | | | | |
| | US\$ mil FOB | Part. (%) | US\$ mil FOB | Part. (%) | US\$ mil FOB | Part. (%) | US\$ mil FOB | Part. (%) | |
| 1980 | 1 525 496 | 76,47 | 204 013 | 10,23 | 235 955 | 11,83 | 29 385 | 1,47 | 1 994 849 |
| 1981 | 1 578 294 | 65,71 | 250 316 | 10,42 | 541 587 | 22,55 | 31 827 | 1,33 | 2 402 024 |
| 1982 | 1 140 108 | 68,07 | 106 669 | 6,37 | 409 124 | 24,43 | 19 022 | 1,14 | 1 674 923 |
| 1983 | 1 012 405 | 69,20 | 79 971 | 5,47 | 349 526 | 23,89 | 21 043 | 1,44 | 1 462 945 |
| 1984 | 966 205 | 52,45 | 177 247 | 9,62 | 671 435 | 36,45 | 27 086 | 1,47 | 1 841 973 |
| 1985 | 928 902 | 50,89 | 175 665 | 9,62 | 698 346 | 38,26 | 22 551 | 1,24 | 1 825 464 |
| 1986 | 688 996 | 56,59 | 43 324 | 3,56 | 472 821 | 38,84 | 12 339 | 1,01 | 1 217 480 |
| 1987 | 969 288 | 59,14 | 120 707 | 7,37 | 533 758 | 32,57 | 15 169 | 0,93 | 1 638 922 |
| 1988 | 1 167 554 | 58,21 | 149 328 | 7,45 | 678 177 | 33,81 | 10 573 | 0,53 | 2 005 632 |
| 1989 | 1 192 665 | 60,13 | 178 327 | 8,99 | 601 886 | 30,35 | 10 462 | 0,53 | 1 983 340 |
| 1990 | 1 035 355 | 55,42 | 203 537 | 10,90 | 618 389 | 33,10 | 10 887 | 0,58 | 1 868 168 |
| 1991 | 939 248 | 51,75 | 179 988 | 9,96 | 678 770 | 37,56 | 13 223 | 0,73 | 1 807 229 |
| 1992 | 1 067 932 | 50,61 | 206 642 | 9,79 | 822 506 | 38,98 | 12 959 | 0,61 | 2 110 039 |
| 1993 | 1 191 871 | 48,04 | 192 267 | 7,75 | 1 081 457 | 43,59 | 15 548 | 0,63 | 2 481 143 |
| 1994 | 1 459 424 | 41,62 | 487 597 | 13,90 | 1 538 079 | 43,86 | 21 649 | 0,62 | 3 506 749 |
| 1995 | 1 439 114 | 40,34 | 646 613 | 18,13 | 1 463 107 | 41,01 | 18 511 | 0,52 | 3 567 345 |
| 1996 | 2 081 290 | 49,02 | 576 682 | 13,58 | 1 562 959 | 36,81 | 24 974 | 0,59 | 4 245 905 |
| 1997 | 2 524 244 | 52,00 | 560 259 | 11,54 | 1 741 015 | 35,87 | 28 727 | 0,59 | 4 854 245 |
| 1998 | 1 918 814 | 45,38 | 665 062 | 15,73 | 1 614 175 | 38,18 | 29 944 | 0,71 | 4 227 996 |
| 1999 | 1 735 679 | 44,14 | 626 797 | 15,94 | 1 528 134 | 38,86 | 41 954 | 1,07 | 3 932 564 |
| 2000 | 1 661 224 | 37,82 | 498 625 | 11,35 | 2 156 708 | 49,10 | 75 534 | 1,72 | 4 392 091 |
| 2001 | 2 280 929 | 42,89 | 561 244 | 10,55 | 2 414 089 | 45,40 | 61 247 | 1,15 | 5 317 509 |
| 2002 ⁽¹⁾ | 2 383 978 | 41,82 | 668 790 | 11,73 | 2 574 063 | 45,16 | 73 368 | 1,29 | 5 700 199 |

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001-2002

| BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES | PARANÁ | | | | | BRASIL | | | | | PR/BR | |
|--------------------------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-----------------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-----------------|-------------|-------------|
| | 2002 | | 2001 | | Variação (%) | 2002 | | 2001 | | Variação (%) | 2002 (%) | 2001 (%) |
| | US\$ FOB (mil) | Part. (%) | US\$ FOB (mil) | Part. (%) | | US\$ FOB (mil) | Part. (%) | US\$ FOB (mil) | Part. (%) | | | |
| EXPORTAÇÃO | 5 700 199 | 100,00 | 5 317 509 | 100,00 | 7,20 | 60 361 786 | 100,00 | 58 222 642 | 100,00 | 3,67 | 9,44 | 9,13 |
| União Européia | 1 859 928 | 32,63 | 1 890 819 | 35,56 | -1,63 | 15 113 391 | 25,04 | 14 865 365 | 25,53 | 1,67 | 12,31 | 12,72 |
| Estados Unidos (incl. Porto Rico) | 1 038 758 | 18,22 | 957 412 | 18,00 | 8,50 | 15 534 804 | 25,74 | 14 378 147 | 24,70 | 8,04 | 6,69 | 6,66 |
| Ásia (excl. Oriente Médio) | 1 030 639 | 18,08 | 669 484 | 12,59 | 53,95 | 8 791 091 | 14,56 | 6 949 361 | 11,94 | 26,50 | 11,72 | 9,63 |
| Oriente Médio | 386 732 | 6,78 | 399 050 | 7,50 | -3,09 | 2 341 756 | 3,88 | 2 041 257 | 3,51 | 14,72 | 16,51 | 19,55 |
| Demais da Aladi | 377 528 | 6,62 | 325 118 | 6,11 | 16,12 | 6 555 422 | 10,86 | 5 860 932 | 10,07 | 11,85 | 5,76 | 5,55 |
| África | 269 214 | 4,72 | 154 952 | 2,91 | 73,74 | 2 362 317 | 3,91 | 1 988 425 | 3,42 | 18,80 | 11,40 | 7,79 |
| Mercosul | 262 404 | 4,60 | 522 097 | 9,82 | -49,74 | 3 310 817 | 5,48 | 6 363 655 | 10,93 | -47,97 | 7,93 | 8,20 |
| Europa Oriental | 200 826 | 3,52 | 197 531 | 3,71 | 1,67 | 1 754 912 | 2,91 | 1 699 118 | 2,92 | 3,28 | 11,44 | 11,63 |
| Outros ⁽¹⁾ | 274 170 | 4,81 | 201 046 | 3,78 | 36,37 | 4 597 276 | 7,62 | 4 076 382 | 7,00 | 12,78 | 5,96 | 4,93 |
| IMPORTAÇÃO | 3 333 814 | 100,00 | 4 929 457 | 100,00 | -32,37 | 47 231 932 | 100,00 | 55 572 176 | 100,00 | -15,01 | 7,06 | 8,87 |
| União Européia | 1 312 331 | 39,36 | 1 921 364 | 38,98 | -31,70 | 13 069 515 | 27,67 | 14 822 476 | 26,67 | -11,83 | 10,04 | 12,96 |
| Mercosul | 582 573 | 17,47 | 816 674 | 16,57 | -28,67 | 5 615 048 | 11,89 | 7 009 316 | 12,61 | -19,89 | 10,38 | 11,65 |
| Estados Unidos (incl. Porto Rico) | 398 462 | 11,95 | 610 193 | 12,38 | -34,70 | 10 437 889 | 22,10 | 13 043 347 | 23,47 | -19,98 | 3,82 | 4,68 |
| Ásia (excl. Oriente Médio) | 315 346 | 9,46 | 409 865 | 8,31 | -23,06 | 7 996 372 | 16,93 | 8 925 697 | 16,06 | -10,41 | 3,94 | 4,59 |
| África | 232 895 | 6,99 | 468 845 | 9,51 | -50,33 | 2 686 694 | 5,69 | 3 330 948 | 5,99 | -19,34 | 8,67 | 14,08 |
| Demais da Aladi | 142 639 | 4,28 | 293 469 | 5,95 | -51,40 | 2 610 788 | 5,53 | 2 991 963 | 5,38 | -12,74 | 5,46 | 9,81 |
| Europa Oriental | 133 209 | 4,00 | 140 971 | 2,86 | -5,51 | 918 720 | 1,95 | 1 112 520 | 2,00 | -17,42 | 14,50 | 12,67 |
| Oriente Médio | 102 720 | 3,08 | 128 581 | 2,61 | -20,11 | 1 479 413 | 3,13 | 1 472 282 | 2,65 | 0,48 | 6,94 | 8,73 |
| Outros | 139 509 | 3,41 | 190 062 | 2,83 | -18,54 | 2 417 493 | 5,12 | 2 863 627 | 5,15 | -15,58 | 4,70 | 4,87 |

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – 2001-2002

| GRUPO/ITEM | 2002 | | 2001 | | VARIACÃO (%) |
|---|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | US\$ mil FOB | Part. (%) | US\$ mil FOB | Part. (%) | |
| Soja | 1 953 459 | 34,27 | 1 663 636 | 31,29 | 17,42 |
| Grão | 857 505 | 15,04 | 670 586 | 12,61 | 27,87 |
| Farelo | 756 927 | 13,28 | 755 517 | 14,21 | 0,19 |
| Óleo | 339 026 | 5,95 | 237 533 | 4,47 | 42,73 |
| Material de transporte | 1 270 458 | 22,29 | 1 209 510 | 22,75 | 5,04 |
| Automóveis | 702 292 | 12,32 | 772 224 | 14,52 | - 9,06 |
| Motores para autoveículos | 266 555 | 4,68 | 159 527 | 3,00 | 67,09 |
| Autopeças | 180 070 | 3,16 | 157 579 | 2,96 | 14,27 |
| Tratores e partes | 66 916 | 1,17 | 46 922 | 0,88 | 42,61 |
| Autoveículos comerciais leves e pesados | 28 374 | 0,50 | 20 033 | 0,38 | 41,64 |
| Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais | 23 323 | 0,41 | 49 990 | 0,94 | - 53,34 |
| Outros | 2 928 | 0,05 | 3 236 | 0,06 | - 9,50 |
| Madeira | 600 233 | 10,53 | 493 692 | 9,28 | 21,58 |
| Compensado | 235 554 | 4,13 | 192 671 | 3,62 | 22,26 |
| Serrada | 150 916 | 2,65 | 154 996 | 2,91 | - 2,63 |
| Molduras | 70 329 | 1,23 | 56 778 | 1,07 | 23,87 |
| Obras de marcenaria/carpintaria | 59 612 | 1,05 | 46 798 | 0,88 | 27,38 |
| Outros | 83 823 | 1,47 | 42 450 | 0,80 | 97,46 |
| Carnes | 477 754 | 8,38 | 439 657 | 8,27 | 8,67 |
| Aves | 359 388 | 6,30 | 347 025 | 6,53 | 3,56 |
| Suínos | 60 484 | 1,06 | 38 785 | 0,73 | 55,95 |
| Bovinos | 47 630 | 0,84 | 44 678 | 0,84 | 6,61 |
| Outros | 10 252 | 0,18 | 9 170 | 0,17 | 11,80 |
| Cereais | 235 645 | 4,13 | 362 761 | 6,82 | - 35,04 |
| Milho | 235 252 | 4,13 | 362 590 | 6,82 | - 35,12 |
| Outros | 393 | 0,01 | 172 | 0,00 | 129,09 |
| Açúcar | 153 921 | 2,70 | 181 527 | 3,41 | - 15,21 |
| Em bruto | 128 550 | 2,26 | 152 512 | 2,87 | - 15,71 |
| Refinado | 25 371 | 0,45 | 29 015 | 0,55 | - 12,56 |
| Café | 127 675 | 2,24 | 131 201 | 2,47 | - 2,69 |
| Solúvel | 83 675 | 1,47 | 96 066 | 1,81 | - 12,90 |
| Grãos | 32 711 | 0,57 | 22 949 | 0,43 | 42,54 |
| Extratos, essências e concentrados | 11 288 | 0,20 | 12 186 | 0,23 | - 7,36 |
| Papel | 132 445 | 2,32 | 140 073 | 2,63 | - 5,45 |
| Kraftliner para cobertura | 32 082 | 0,56 | 14 186 | 0,27 | 126,15 |
| Couché | 5 707 | 0,10 | 42 296 | 0,80 | - 86,51 |
| Kraft p/escrita, impressão e gráfica | 4 296 | 0,08 | 26 849 | 0,50 | - 84,00 |
| Outros | 90 361 | 1,59 | 56 742 | 1,07 | 59,25 |
| Máquinas e instrumentos mecânicos | 108 574 | 1,90 | 108 942 | 2,05 | - 0,34 |
| Refrigeradores/congeladores | 18 752 | 0,33 | 24 616 | 0,46 | - 23,82 |
| Máquinas e implementos agrícolas | 16 425 | 0,29 | 23 129 | 0,43 | - 28,99 |
| Partes de bombas para líquidos | 9 553 | 0,17 | 7 993 | 0,15 | 19,52 |
| Outros | 63 844 | 1,12 | 53 205 | 1,00 | 20,00 |
| Couro e artigos derivados | 91 629 | 1,61 | 87 393 | 1,64 | 4,85 |
| Couro preparado ou curtido | 61 730 | 1,08 | 73 537 | 1,38 | - 16,06 |
| Outros | 29 899 | 0,52 | 13 855 | 0,26 | 115,79 |
| Combustíveis e lubrificantes | 48 537 | 0,85 | 21 935 | 0,41 | 121,27 |
| Químicos diversos | 69 134 | 1,21 | 72 282 | 1,36 | - 4,36 |
| Metais comuns | 69 621 | 1,22 | 59 759 | 1,12 | 16,50 |
| Artefatos de ferro/aço | 14 486 | 0,25 | 23 494 | 0,44 | - 38,34 |
| Outros | 55 135 | 0,97 | 36 265 | 0,68 | 52,04 |
| Minerais não metálicos | 33 831 | 0,59 | 32 581 | 0,61 | 3,84 |
| Outros | 327 283 | 5,74 | 312 560 | 5,88 | 4,71 |
| TOTAL GERAL | 5 700 199 | 100,00 | 5 317 509 | 100,00 | 7,20 |

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - 2001-2002

| GRUPO/ITEM | 2002 | | 2001 | | VARIÇÃO (%) |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|
| | US\$ mil FOB | Part. (%) | US\$ mil FOB | Part. (%) | |
| Material de transporte | 888 599 | 26,65 | 1 135 968 | 23,04 | - 21,78 |
| Autopeças | 608 755 | 18,26 | 627 340 | 12,73 | - 2,96 |
| Motores para autoveículos | 113 874 | 3,42 | 102 813 | 2,09 | 10,76 |
| Automóveis | 62 483 | 1,87 | 246 120 | 4,99 | - 74,61 |
| Pneumáticos para autoveículos | 41 023 | 1,23 | 65 608 | 1,33 | - 37,47 |
| Tratores | 18 846 | 0,57 | 17 696 | 0,36 | 6,50 |
| Autoveículos comerciais leves e pesados | 13 641 | 0,41 | 43 546 | 0,88 | - 68,67 |
| Outros | 29 976 | 0,90 | 32 846 | 0,67 | - 8,74 |
| Máquinas e instrumentos mecânicos | 385 641 | 11,57 | 602 998 | 12,23 | - 36,05 |
| Compressores e condicionadores de ar | 61 620 | 1,85 | 69 884 | 1,42 | - 11,83 |
| Máquinas para usinagem de metais | 28 700 | 0,86 | 49 844 | 1,01 | - 42,42 |
| Máquinas e implementos agrícolas | 15 895 | 0,48 | 7 636 | 0,15 | 108,17 |
| Partes de bombas para líquidos | 13 104 | 0,39 | 15 585 | 0,32 | - 15,92 |
| Outros | 266 322 | 7,99 | 460 051 | 9,33 | - 42,11 |
| Combustíveis e lubrificantes | 330 964 | 9,93 | 624 242 | 12,66 | - 46,98 |
| Óleo bruto de petróleo | 295 680 | 8,87 | 567 525 | 11,51 | - 47,90 |
| Outros | 35 284 | 1,06 | 56 718 | 1,15 | - 37,79 |
| Aubos e fertilizantes | 294 289 | 8,83 | 327 626 | 6,65 | - 10,18 |
| Produtos químicos diversos | 250 200 | 7,50 | 233 601 | 4,74 | 7,11 |
| Material elétrico | 222 872 | 6,69 | 866 845 | 17,58 | - 74,29 |
| Equipamentos de telecomunicações | 27 495 | 0,82 | 209 054 | 4,24 | - 86,85 |
| Dispositivos de conexão/interrupção elétrica | 19 821 | 0,59 | 33 282 | 0,68 | - 40,44 |
| Equipamentos de informática | 14 422 | 0,43 | 47 858 | 0,97 | - 69,87 |
| Transformadores/conversores | 11 364 | 0,34 | 22 328 | 0,45 | - 49,10 |
| Condutores | 10 293 | 0,31 | 123 019 | 2,50 | - 91,63 |
| Outros | 139 477 | 4,18 | 431 305 | 8,75 | - 67,66 |
| Soja | 150 482 | 4,51 | 106 651 | 2,16 | 41,10 |
| Grão | 137 535 | 4,13 | 100 210 | 2,03 | 37,25 |
| Outros | 12 947 | 0,39 | 6 441 | 0,13 | 101,02 |
| Matérias plásticas | 126 950 | 3,81 | 228 691 | 4,64 | - 44,49 |
| Polietileno | 24 652 | 0,74 | 85 542 | 1,74 | - 71,18 |
| Chapas, folhas e tiras plásticas | 20 283 | 0,61 | 24 614 | 0,50 | - 17,60 |
| Outros | 82 015 | 2,46 | 118 535 | 2,40 | - 30,81 |
| Metais comuns | 107 102 | 3,21 | 159 760 | 3,24 | - 32,96 |
| Artefatos de ferro/aço | 45 968 | 1,38 | 56 075 | 1,14 | - 18,02 |
| Materiais de alumínio | 20 356 | 0,61 | 32 038 | 0,65 | - 36,46 |
| Outros | 40 777 | 1,22 | 71 647 | 1,45 | - 43,09 |
| Cereais | 76 408 | 2,29 | 94 510 | 1,92 | - 19,15 |
| Trigo | 52 463 | 1,57 | 53 237 | 1,08 | - 1,46 |
| Milho | 11 093 | 0,33 | 21 692 | 0,44 | - 48,86 |
| Outros | 12 853 | 0,39 | 19 580 | 0,40 | - 34,36 |
| Papel e celulose | 69 800 | 2,09 | 93 956 | 1,91 | - 25,71 |
| Pasta química | 33 487 | 1,00 | 45 398 | 0,92 | - 26,24 |
| Outros | 36 313 | 1,09 | 48 558 | 0,99 | - 25,22 |
| Fios e tecidos | 66 366 | 1,99 | 49 188 | 1,00 | 34,92 |
| Sintéticos | 22 547 | 0,68 | 14 295 | 0,29 | 57,72 |
| Outros | 43 819 | 1,31 | 34 893 | 0,71 | 25,58 |
| Outros | 280 013 | 8,40 | 317 669 | 6,44 | - 11,85 |
| TOTAL GERAL | 3 333 814 | 100,00 | 4 929 457 | 100,00 | - 32,37 |

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA – 1994-2003

| ANO | PARANÁ (US\$ MIL FOB) | | | BRASIL (US\$ MIL FOB) | | |
|---------------------|-----------------------|------------|-----------|-----------------------|------------|------------|
| | Exportação | Importação | Saldo | Exportação | Importação | Saldo |
| 1994 | 3 506 749 | 1 589 440 | 1 917 309 | 43 545 167 | 33 052 686 | 10 492 481 |
| 1995 | 3 567 346 | 2 390 291 | 1 177 055 | 46 506 281 | 49 971 895 | -3 465 614 |
| 1996 | 4 245 907 | 2 464 872 | 1 781 035 | 47 746 726 | 53 301 014 | -5 554 288 |
| 1997 | 4 854 032 | 3 463 217 | 1 390 815 | 52 990 115 | 61 352 028 | -8 361 913 |
| 1998 | 4 227 995 | 4 063 890 | 164 104 | 51 139 862 | 57 714 365 | -6 574 504 |
| 1999 | 3 932 564 | 3 699 105 | 233 459 | 48 011 444 | 49 210 314 | -1 198 870 |
| 2000 | 4 392 091 | 4 685 670 | -293 579 | 55 085 595 | 55 834 343 | -748 748 |
| 2001 | 5 317 509 | 4 929 457 | 388 052 | 58 222 642 | 55 572 176 | 2 650 466 |
| Janeiro | 342 031 | 481 604 | -139 572 | 4 537 905 | 5 014 230 | -476 324 |
| Fevereiro | 291 205 | 363 087 | -71 882 | 4 083 023 | 4 005 275 | 77 748 |
| Março | 362 878 | 446 295 | -83 417 | 5 167 500 | 5 447 377 | -279 878 |
| Abril | 514 221 | 521 807 | -7 586 | 4 729 698 | 4 609 505 | 120 193 |
| Maio | 558 895 | 447 120 | 111 775 | 5 367 054 | 5 156 176 | 210 878 |
| Junho | 507 973 | 408 387 | 99 586 | 5 041 980 | 4 761 558 | 280 422 |
| Julho | 470 541 | 387 233 | 83 308 | 4 964 485 | 4 856 733 | 107 752 |
| Agosto | 553 452 | 471 362 | 82 090 | 5 727 436 | 5 099 365 | 628 071 |
| Setembro | 432 857 | 413 283 | 19 574 | 4 754 965 | 4 159 224 | 595 742 |
| Outubro | 501 703 | 397 449 | 104 254 | 5 002 529 | 4 756 599 | 245 929 |
| Novembro | 416 262 | 345 699 | 70 562 | 4 500 260 | 4 213 399 | 286 861 |
| Dezembro | 365 491 | 246 131 | 119 360 | 4 345 808 | 3 492 735 | 853 073 |
| 2002 ⁽¹⁾ | 5 700 199 | 3 333.814 | 2 366 386 | 60 361 786 | 47 231 932 | 13 129 854 |
| Janeiro | 250 849 | 239 247 | 11 602 | 3 971 829 | 3 801 459 | 170 370 |
| Fevereiro | 309 359 | 250 342 | 59 018 | 3 658 349 | 3 396 961 | 261 388 |
| Março | 332 361 | 266 066 | 66 294 | 4 260 412 | 3 664 980 | 595 432 |
| Abril | 372 907 | 338 096 | 34 812 | 4 641 400 | 4 161 223 | 480 177 |
| Maio | 364 982 | 312 697 | 52 285 | 4 441 380 | 4 025 661 | 415 718 |
| Junho | 343 324 | 231 295 | 112 029 | 4 078 559 | 3 399 510 | 679 049 |
| Julho | 492 269 | 289 312 | 202 957 | 6 223 334 | 5 028 647 | 1 194 687 |
| Agosto | 449 584 | 269 202 | 180 382 | 5 751 020 | 4 175 990 | 1 575 030 |
| Setembro | 1 294 671 | 274 074 | 1 020 597 | 6 491 807 | 4 001 608 | 2 490 199 |
| Outubro | 627 998 | 332 742 | 295 255 | 6 474 408 | 4 270 280 | 2 204 128 |
| Novembro | 502 314 | 259 128 | 243 187 | 5 126 951 | 3 863 296 | 1 263 655 |
| Dezembro | 359 582 | 271 614 | 87 968 | 5 242 336 | 3 442 316 | 1 800 020 |
| 2003 ⁽¹⁾ | 415 305 | 232 134 | 183 171 | 4 805 211 | 3 645 235 | 1 159 976 |
| Janeiro | 415 305 | 232 134 | 183 171 | 4 805 211 | 3 645 235 | 1 159 976 |

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA – 1999-JANEIRO 2003

| PERÍODO | VARIAÇÃO (%) | PERÍODO | VARIAÇÃO (%) |
|-----------|--------------|-----------|--------------|
| 1999 | 9,52 | 2002 | 12,02 |
| 2000 | 6,23 | Janeiro | 0,88 |
| 2001 | 5,90 | Fevereiro | 0,20 |
| Janeiro | 0,89 | Março | 0,40 |
| Fevereiro | -0,17 | Abril | 0,78 |
| Março | 0,17 | Maiο | 0,47 |
| Abril | 0,67 | Junho | 0,55 |
| Maiο | 0,45 | Julho | 0,52 |
| Junho | 0,31 | Agosto | 0,60 |
| Julho | 1,05 | Setembro | 1,12 |
| Agosto | 0,30 | Outubro | 1,44 |
| Setembro | 0,31 | Novembro | 2,95 |
| Outubro | 0,72 | Dezembro | 1,53 |
| Novembro | 0,42 | 2003 | 1,88 |
| Dezembro | 0,64 | Janeiro | 1,88 |

FONTE: IPARDES

TABELA 9 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-DEZEMBRO 2002

| ANO | PRODUÇÃO (UNIDADES) | | ANO | PRODUÇÃO (UNIDADES) | |
|------|---------------------|----------|-----------|---------------------|----------|
| | Colheitadeiras | Tratores | | Colheitadeiras | Tratores |
| 1976 | 1 515 | 5 186 | Janeiro | 265 | 237 |
| 1977 | 1 356 | 8 826 | Fevereiro | 233 | 615 |
| 1978 | 1 614 | 9 636 | Março | 278 | 851 |
| 1979 | 1 635 | 12 575 | Abril | 150 | 501 |
| 1980 | 1 936 | 13 482 | Maiο | 43 | 892 |
| 1981 | 1 954 | 14 105 | Junho | 81 | 900 |
| 1982 | 1 179 | 6 606 | Julho | 52 | 929 |
| 1983 | 1 079 | 3 345 | Agosto | 78 | 719 |
| 1984 | 1 748 | 7 921 | Setembro | 129 | 695 |
| 1985 | 2 167 | 9 728 | Outubro | 213 | 741 |
| 1986 | 2 029 | 10 588 | Novembro | 260 | 613 |
| 1987 | 2 121 | 9 479 | Dezembro | 264 | 614 |
| 1988 | 1 567 | 8 847 | 2002 | 2 448 | 9 752 |
| 1989 | 1 386 | 6 189 | Janeiro | 301 | 401 |
| 1990 | 885 | 4 111 | Fevereiro | 279 | 652 |
| 1991 | 584 | 2 677 | Março | 286 | 702 |
| 1992 | 593 | 2 893 | Abril | 132 | 901 |
| 1993 | 1 038 | 4 475 | Maiο | 126 | 787 |
| 1994 | 1 707 | 9 011 | Junho | 128 | 635 |
| 1995 | 859 | 5 095 | Julho | 40 | 1 180 |
| 1996 | 897 | 4 180 | Agosto | 142 | 921 |
| 1997 | 1 296 | 6 062 | Setembro | 234 | 1 066 |
| 1998 | 1 380 | 6 025 | Outubro | 292 | 1 148 |
| 1999 | 1 351 | 4 854 | Novembro | 270 | 860 |
| 2000 | 1 692 | 6 251 | Dezembro | 218 | 499 |
| 2001 | 2 046 | 8 307 | | | |

FONTE: Anfeava; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 10 – PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-DEZEMBRO 2002

| ANO | PRODUÇÃO (unidades) | | |
|-----------|---------------------|-----------------------|---|
| | COMERCIAIS LEVES | COMERCIAIS PESADOS | AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO |
| 1999 | 4 677 | 4 176 | 41 864 |
| 2000 | 4 945 | 6 272 | 132 149 |
| 2001 | 1 755 | 5 854 | 169 441 |
| Janeiro | 423 | 437 | 8 945 |
| Fevereiro | 584 | 423 | 13 872 |
| Março | 448 | 595 | 17 092 |
| Abril | 300 | 575 | 17 049 |
| Maio | - | 793 | 21 740 |
| Junho | - | 354 | 15 415 |
| Julho | - | 555 | 16 699 |
| Agosto | - | 529 | 15 640 |
| Setembro | - | 470 | 14 456 |
| Outubro | - | 476 | 11 801 |
| Novembro | - | 319 | 12 739 |
| Dezembro | - | 328 | 3 993 |
| 2002 | 5 063 | 5 552 | 131 285 |
| Janeiro | 1 | 241 | 4 722 |
| Fevereiro | 6 | 432 | 10 956 |
| Março | 9 | 520 | 12 335 |
| Abril | 447 | 554 | 13 080 |
| Maio | 523 | 526 | 12 137 |
| Junho | 671 | 463 | 10 720 |
| Julho | 749 | 474 | 13 169 |
| Agosto | 520 | 397 | 10 048 |
| Setembro | 632 | 501 | 11 435 |
| Outubro | 737 | 552 | 13 479 |
| Novembro | 654 | 455 | 10 351 |
| Dezembro | 114 | 437 | 8 853 |

FORTE: ANFAVEA

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.